



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

ANO XII - Edição nº 1972 - 16 de dezembro de 2022



Mesa Diretora

Presidente: Deputado **Roberto Cidade**
1º Vice-Presidente: Deputado **Carlinho Bessa**
2º Vice-Presidente: Deputada **Dra. Mayara Pinheiro**
3ª Vice-Presidente: Deputado **Adjuto Afonso**
Secretário-Geral: Deputado **Delegado Péricles**
1º Secretário: Deputado **Álvaro Campelo**
2ª Secretário: Deputado **Sinésio Campos**
3ª Secretário: Deputado **Fausto Júnior**
Ouvidor: Deputado **Felipe Souza**
Corregedor: Deputada **Therezinha Ruiz**

19ª Legislatura

Deputado **Abdala Fraxe**
Deputado **Adjuto Afonso**
Deputado **Álvaro Campelo**
Deputado **Alessandra Campelo**
Deputada **Nejmi Aziz**
Deputado **Belarmino Lins**
Deputado **Cabo Maciel**
Deputado **Carlinhos Bessa**
Deputado **Delegado Péricles**
Deputado **Dermilson Chagas**
Deputado **Dr. Gomes**
Deputado **Fausto Junior**
Deputado **Felipe Souza**
Deputada **Joana Darc**
Deputado **João Luiz**
Deputada **Dra. Mayara Pinheiro**
Deputado **Ricardo Nicolau**
Deputado **Roberto Cidade**
Deputado **Saullo Vianna**
Deputado **Serafim Corrêa**
Deputado **Sinésio Campos**
Deputada **Therezinha Ruiz**
Deputado **Tony Medeiros**
Deputado **Wilker Barreto**

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição, Justiça e Redação
E-mail: comissao.ccsr@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Econômicos
E-mail: cofp@aleam.gov.br

Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
E-mail: comapa@aleam.gov.br

Comissão de Meio Ambiente, Proteção aos Animais e Desenvolvimento Sustentável
E-mail: cdm_ale@aleam.gov.br

Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação
E-mail: cctec@aleam.gov.br

Comissão de Defesa do Consumidor
E-mail: defesaconsumidor@aleam.gov.br

Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Assuntos Indígenas e Legislação Participativa
E-mail: cdhcai@aleam.gov.br

Comissão de Educação
E-mail: com.educacao@aleam.gov.br

Comissão de Esporte e Lazer
E-mail: comissaodeesporteelazer@aleam.gov.br

Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos
E-mail: cgesp@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional
E-mail: comunder@aleam.gov.br

Comissão de Indústria, Comércio e Zona Franca
E-mail: ciczf@aleam.gov.br

Comissão Turismo, Fomento e Negócios
E-mail: ctur@aleam.gov.br

Comissão da Mulher, da Família e do Idoso
E-mail: cdm_ale@aleam.gov.br

Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento
E-mail: cgeodiversidade@aleam.gov.br

Comissão de Segurança Pública
E-mail: com.spública@aleam.gov.br

Comissão de Saúde e Previdência
E-mail: csp@aleam.gov.br

Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade
E-mail: cttm@aleam.gov.br

Comissão de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens
E-mail: cjca@aleam.gov.br

Comissão de Políticas sobre Drogas
E-mail: com.sobredrogas@aleam.gov.br

Comissão de Promoção Social e Cultural
E-mail: com.cultura@aleam.gov.br

Comissão de Assistência Social e Trabalho
E-mail: com.ast@aleam.gov.br

Comissão de Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul
E-mail: cecem@aleam.gov.br

Comissão de Ética
E-mail: cdm_ale@aleam.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

EXPEDIENTE

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Responsável pela criação, organização das matérias para publicação e edição do Diário Oficial Eletrônico

EDIÇÃO

Mackson do Carmo Costa
Moisés Fernandes Nunes Jr

REVISÃO

Frederico Almir da Silva Araújo

ARTE E DESIGN

Mackson do Carmo Costa

DIRETOR DE INFORMÁTICA

Renato da Silva Bueno

DIRETOR GERAL

Wander Araújo Motta

DECRETOS LEGISLATIVOS**DECRETO LEGISLATIVO N.º 1.025, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022.**

APROVA o Relatório Sintético de Atividades referente ao 1.º Trimestre de 2019 do Tribunal de Contas do Amazonas.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 88, § 2.º, inciso V, da Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010, Regimento Interno, faz saber aos que presente virem que promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1.º Fica aprovado o Relatório Sintético de Atividades referente ao 1.º Trimestre de 2019 do Tribunal de Contas do Amazonas. **Art. 2.º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de dezembro de 2022

Deputado ROBERTO CIDADE
Presidente

Deputado CARLOS BESSA
1.º Vice-Presidente

Deputada MAYARA PINHEIRO REIS
2.º Vice-Presidente

Deputado ADJUTO AFONSO
3.º Vice-Presidente

Deputado PÉRICLES NASCIMENTO
Secretário-Geral

Deputado ÁLVARO CAMPELO
1.º Secretário

Deputado SINÉSIO CAMPOS
2.º Secretário

Deputado FAUSTO JÚNIOR
3.º Secretário

Deputado FELIPE SOUZA
Ouvidor

Deputada THEREZINHA RUIZ
Corregedor

Visto:
WANDER MOTTA
Diretor-Geral

DECRETO LEGISLATIVO N.º 1.026, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022.

APROVA o Relatório Sintético de Atividades referente ao 2.º Trimestre de 2019 do Tribunal de Contas do Amazonas.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 88, § 2.º, inciso V, da Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010, Regimento Interno, faz saber aos que presente virem que promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1.º Fica aprovado o Relatório Sintético de Atividades referente ao 2.º Trimestre de 2019 do Tribunal de Contas do Amazonas.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de dezembro de 2022

Deputado ROBERTO CIDADE
Presidente

Deputado CARLOS BESSA
1.º Vice-Presidente

Deputada MAYARA PINHEIRO REIS
2.º Vice-Presidente

Deputado ADJUTO AFONSO
3.º Vice-Presidente

Deputado PÉRICLES NASCIMENTO
Secretário-Geral

Deputado ÁLVARO CAMPELO
1.º Secretário

Deputado SINÉSIO CAMPOS
2.º Secretário

Deputado FAUSTO JÚNIOR
3.º Secretário

Deputado FELIPE SOUZA
Ouvidor

Deputada THEREZINHA RUIZ
Corregedor

Visto:
WANDER MOTTA
Diretor-Geral

DECRETO LEGISLATIVO N.º 1.027, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022.

APROVA o Relatório Sintético de Atividades referente ao 3.º Trimestre de 2019 do Tribunal de Contas do Amazonas.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 88, § 2.º, inciso V, da Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010, Regimento Interno, faz saber aos que presente virem que promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1.º Fica aprovado o Relatório Sintético de Atividades referente ao 3.º Trimestre de 2019 do Tribunal de Contas do Amazonas.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de dezembro de 2022.

Deputado ROBERTO CIDADE
Presidente

Deputado CARLOS BESSA
1.º Vice-Presidente

Deputada MAYARA PINHEIRO REIS
2.º Vice-Presidente

Deputado ADJUTO AFONSO
3.º Vice-Presidente

Deputado PÉRICLES NASCIMENTO
Secretário-Geral

Deputado ÁLVARO CAMPELO
1.º Secretário

Deputado SINÉSIO CAMPOS
2.º Secretário

Deputado FAUSTO JÚNIOR
3.º Secretário

Deputado FELIPE SOUZA
Ouvidor

Deputada THEREZINHA RUIZ
Corregedor

Visto:
WANDER MOTTA
Diretor-Geral

DECRETO LEGISLATIVO N.º 1.028, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022.

APROVA o Relatório Sintético de Atividades referente ao 4.º Trimestre e o anual de 2019 do Tribunal de Contas do Amazonas.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 88, § 2.º, inciso V, da Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010, Regimento Interno, faz saber aos que presente virem que promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1.º Fica aprovado o Relatório Sintético de Atividades referente ao 4.º Trimestre e o anual de 2019 do Tribunal de Contas do Amazonas. **Art. 2.º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de dezembro de 2022.

Deputado ROBERTO CIDADE
Presidente

Deputado CARLOS BESSA
1.º Vice-Presidente

Deputada MAYARA PINHEIRO REIS
2.º Vice-Presidente

Deputado ADJUTO AFONSO
3.º Vice-Presidente

Deputado PÉRICLES NASCIMENTO
Secretário-Geral

Deputado ÁLVARO CAMPELO
1.º Secretário

Deputado SINÉSIO CAMPOS
2.º Secretário

Deputado FAUSTO JÚNIOR
3.º Secretário

Deputado FELIPE SOUZA
Ouvidor

Deputada THEREZINHA RUIZ
Corregedor

Visto:
WANDER MOTTA
Diretor-Geral

DECRETO LEGISLATIVO N.º 1.029, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022.

APROVA a Prestação de Contas Anual do Governo do Estado do Amazonas, exercícios de 2019 e 2020.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 88, § 2.º, inciso V, da Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010, Regimento Interno, faz saber aos que presente virem que promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1.º Fica aprovada a Prestação de Contas Anual do Governo do Estado do Amazonas, exercícios de 2019 e 2020.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 14 de dezembro de 2022.

Deputado ROBERTO CIDADE
Presidente

Deputado CARLOS BESSA
1.º Vice-Presidente

Deputada MAYARA PINHEIRO REIS
2.º Vice-Presidente

Deputado ADJUTO AFONSO
3.º Vice-Presidente

Deputado PÉRICLES NASCIMENTO
Secretário-Geral

Deputado ÁLVARO CAMPELO
1.º Secretário

Deputado SINÉSIO CAMPOS
2.º Secretário

Deputado FAUSTO JÚNIOR
3.º Secretário

Deputado FELIPE SOUZA
Ouvidor

Deputada THEREZINHA RUIZ
Corregedor

Visto:
WANDER MOTTA
Diretor-Geral

ATAS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PELA COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA

ATA DA APRESENTAÇÃO DO 1º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DETALHADO DA SAÚDE DE 2019

Aos trinta do mês de maio de 2019, às 11h23min, na sala do Auditório Cônego Azevedo, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, reuniram-se os Exmos. Srs. Deputados DRA.MAYARA MONIQUE PINHEIRO REIS - PP, RICARDO NICOLAU-PSD, MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - PHS, DR. FRANCISCO DO NASCIMENTO GOMES - PRP, DERMILSON CARVALHO CHAGAS - PP, sob a Presidência da primeira. Participaram também da reunião excelentíssimos Deputados SERAFIM FERNANDES CORRÊA - PSB, BELARMINO LINS ALBUQUERQUE - PP. O Exmo. Secretário Estadual de Saúde o DR. RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, a Secretaria Executiva Adjunta de Atenção Especializada da Capital a senhora DAYANA PRISCILA MEJIA DE SOUZA, o Secretário Executivo Adjunto de Atenção Especializada do Interior o senhor Cássio Roberto do Espírito Santo, a Secretária Executiva Adjunta do Fundo Estadual de Saúde - FES a senhora DANIELLE REIS, o Diretor da Central de Medicamentos - CEMA o senhor ANTÔNIO CARLOS PAIVA, os membros do corpo técnicos da secretária, representados neste ato representados pela senhora RADIJA MARY DA COSTA LOPES Chefe do Departamento de Planejamento, PRISCILLA SOARES LACERDA CARVALHO e LUIZ ALBERTO M. E SOUZA. A Exma. Senhora deputada DRA MAYARA PINHEIRO REIS-PP, Presidente da presente comissão saudou todos os presentes a audiência e declarou aberto o EXPEDIENTE informando que se trata da AUDIÊNCIA PÚBLICA em cumprimento do que determina a Lei Complementar nº141/2012 para a apresentação por parte da Secretaria de Estado de Saúde da apresentação do 1º Relatório Quadrimestral de 2019, onde o Secretário Dr. Rodrigo Tobias de Souza Lima tinha 40 minutos para fazer a apresentação dos dados, objetivando a otimização do tempo. O Secretário Estadual de Saúde o DR. RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes a reunião iniciando o diálogo esclarecendo que os dados apresentados são em cumprimento a determinação da Lei Complementar 141/2012, Art.º5 e Art.36 explicando a base legal dos recursos aplicados na saúde, ou seja, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2019 nº 44.652, de 16/08/2018, Lei Orçamentária Anual - LOA de 2019 nº4.745, de 31/12/2018, foram apresentados os gráficos da receita estimada nos últimos 04 (quatro) anos 2016/2017/2018/2019 na área da saúde dos recursos aplicados demonstrando o percentual que o Governo do Estado do Amazonas vem desembolsando, incluindo a demonstração do orçamento investido em saúde pelo Governo do Estado do Amazonas, onde o orçamento atualizado até abril de 2019, apresentou aproximadamente 20% de acréscimo comparado com o orçamento atualizado no 1º Quadrimestre de 2018. Também foi exposta a execução financeira por grupo de despesa custeio e capital, com as informações da dotação inicial, dotação atualizada, empenhado e liquidado, sendo informado que até abril/2019 foi executado 30% do orçamento autorizado. O mesmo quadro da execução financeira por programa do PPA 201-2019 foi exposto, além do demonstrativo da execução financeira por Unidades Gestoras - UG - 39 (trinta e nove) na capital no 1º quadrimestre 2019. Do mesmo modo, foram apresentados os quadros da operacionalização da execução financeira das unidades de saúde do interior. Em cumprimento a Lei Complementar nº141/2012, sendo 12% dos recursos próprios aplicados em saúde, o Estado do Amazonas aplicou em média nos últimos anos 21% de recursos próprios em saúde. Recursos aplicados na Programação Anual de Saúde - PAS 2019 estão sendo desempenhados através de 07 diretrizes estaduais, 06 eixos, 11 objetivos, ações/metaprogramas e 32 indicadores de saúde. Houve ainda explicações sobre as ações desenvolvidas na área da gestão financeira, incluindo os recursos do FTI; Contratos; Planejamento com projetos para o fortalecimento da Gestão Estadual do SUS; criação da escola estadual de saúde pública; planificaSUS; Nas ações desenvolvidas em investimento destacou-se a entrega de 37 (trinta e sete) veículos tipo pick-up para 25 (vinte e cinco) municípios do interior. Ademais se enfatizou as ações desenvolvidas na atenção às urgências, atenção mental, atenção à saúde das pessoas com doenças crônicas, atenção à saúde materno infantil; Serviços de Especialidades na rede hospitalar. Quanto ao Tratamento Fora de Domicílio foram atendidos 1.965 pacientes com um total de 2.510 ajuda

de custo. Demonstrado a ampliação da oferta de leitos hospitalares, nas unidades Delphina Aziz, ICAM, Francisca Mendes. Ações realizadas na Assistência Farmacêutica, ampliação do Programa de Transplante; Em relação à produção de serviços foi apresentado quadro da produção do SUS – Amazonas – por local de atendimentos, incluindo informações sobre as internações hospitalares do SUS; produção ambulatorial especializada e hospitalar do SUS por grupo de procedimento, gestão estadual – Amazonas, janeiro – março de 2019. Houve ainda informações sobre os atendimentos nos Centros de Atenção Integral à Criança - CAIC's e nos Centros de Atenção Integral à Melhor Idade - CAIMI'S totalizando 378.550; 20.672 partos nas maternidades; 1.090.267 atendimentos de urgência e emergências nos Hospitais e Prontos Socorros, Serviços de Pronto Atendimento - SPA e Unidade de Pronto Atendimento - UPA; 224 remoções de urgências no interior para a capital através do serviço aeromédico de UTI; 18.678 atendimentos em saúde mental; 13.987 atendimentos em domicílio pelo Programa Melhor em Casa além dos atendimentos realizados pelas 06 (seis) Fundações. 20 auditorias foram realizadas no período. No uso da palavra a deputada DRA.MAYARA MONIQUE PINHEIRO REIS – PP, iniciou as considerações informando que é médica por formação, informando que tem se esforçado muito não só por fiscalizar e fazer que é o exercício principal do legislativo que é o de legislar, mas também para contribuir para a saúde do nosso estado, por que apontar tudo que está de errado e fazer transferência de responsabilidade por diversos governos e apontar os responsáveis por todo esse caos que a saúde se encontra é muito fácil. Todo e qualquer gestor e ente político público, precisa se esforçar para da uma contribuição para a sociedade. Antes mesmo de assumir a presidência da comissão de saúde e previdência, já participou de diversas conversas com o deputado RICARDO NICOLAU-PSD, que é o vice-presidente da Comissão de Saúde e Previdência. O Secretário Estadual de Saúde o DR. RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, informou que o conselho estadual de saúde foi desativado em dezembro de 2018 por uma determinação judicial e com o objetivo da sua estruturação uma consulta foi realizada ao Conselho Nacional de Saúde, que está orientando a Secretaria de Estado, nos procedimentos que devem ser adotados para a recomposição do conselho estadual de saúde e considerando que a Conferência Estadual de Saúde está marcada para os dias 01 a 03/07/2019 espera-se que esta situação esteja resolvida até a data da reunião. Quanto aos outros questionamentos apontados pela Deputada o Secretário compartilha da mesma opinião e aproveitando a oportunidade informa que está em processo e teste um aplicativo onde será possível a verificação do estoque de medicamentos disponíveis para a dispensação e considerando a complexidade do assunto passou a palavra ao Diretor da Central de Medicamentos – CEMA o senhor ANTÔNIO CARLOS PAIVA, que considerado a dificuldade de abastecimento das grandes unidades de saúde como o Hospital 28 de Agosto, Hospital João Lúcio, Maternidade Ana Braga, Hospital Platão Araújo o Fundo Estadual de Saúde – FES realizou destaque orçamentário para as unidades de saúde no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); 200.000,00 (duzentos mil reais) e 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) objetivando a celeridade na aquisição dos insumos de saúde. O deputado RICARDO NICOLAU-PSD, cumprimentou a todos e destacou que não é favorável a dispensa de licitação, porém, se for para salvar vidas, se justifica seu uso. Salientou que as estatísticas causas morte Brasil/Amazonas, estão relacionadas a eventos adversos, ou seja, a maior causa de morte é referente a tudo aquilo que pode ser evitado. Enfatizou a necessidade da redução de custos, aumentar à produção (cirurgias), além da diminuição dos contratos terceirizados e a revisão dos valores pagos as cooperativas, pois estão defasados. Lembrando que hoje existe uma moeda vigente nos contratos que não é o real (R\$) e sim uma moeda chamada plantão. Sugeriu que os contratos possam ser por produtividade, pois assim os profissionais envolvidos serão parceiros do governo. Enfatizou ainda a necessidade do aumento dos leitos das maternidades com exceção das maternidades Balbina Mestrinho e Ana Braga, solicitou um estudo da ampliação da maternidade da Alvorada. Enfatizou que a maternidade Ana Braga no seu 1º andar está sendo usado como albergue, ou seja, existe um desvio de função. Quanto à contratação da Organização Social, cujo edital de Chamamento Público era a contratação pelo melhor projeto a ser apresentado existem pontos que precisam ser revistos. O deputado MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO – PH destacou que após 90 (noventa) dias de governo a situação continua um caos, que assim como ele expôs ao Vice Governador quando o mesmo compareceu a assembleia no dia 28/02/2019 que não permitisse que o excesso de burocracia ceifasse vidas. Pois nas visitas realizadas pelo deputado nos grandes hospitais de Manaus a exemplo do que ocorreu no dia 01/04/2019 no Hospital João Lúcio estava faltando 60 itens, está

faltando respirador no João Lúcio, ou seja, o desabastecimento continua, existe uma a população desassistida pelo Governo. O deputado espera que o abastecimento dos insumos seja realizado de forma linear. Quando o Secretário Estadual de Saúde o DR. RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA volte à assembleia com os dados do ano de 2019 a situação da saúde seja outra, quanto à lista de medicamentos em falta que chega às mãos do deputado que o Secretário peça dos diretores das unidades. No uso ainda da palavra o deputado MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO – PHS, perguntou se já foram iniciadas as negociações com a Fundação para o Remédio Popular – FURP. O Diretor da Central de Medicamentos – CEMA o senhor ANTÔNIO CARLOS PAIVA, informou que a FURP só tem 14 (quatorze) itens que podem atender as necessidades do Estado. O Secretário Estadual de Saúde o DR. RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, solicitou que a Secretária Executiva a senhora VANESSA LIMA DO NASCIMENTO, esclarece a contratação da organização social que vai gerir o Hospital Delphina Aziz e a UPA Campo Salles, mesma esclareceu que considerando a lei de responsabilidade fiscal o Governo está impossibilitado de realizar concurso público, que a contratação da organização social respeitou todo o ordenamento jurídico, gerando uma economia na ordem de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões de reais) /mês. A secretaria Executiva solicitou da Presidente da comissão que seja oportunizado um dia para apresentação dos esclarecimentos detalhados da contratação de organização social, com o objetivo de extinguir toda e qualquer dúvida existente. A deputada DRA.MAYARA MONIQUE PINHEIRO REIS, informou que essa apresentação poderá ocorrer na segunda quinzena de maio. O deputado DERMILSON CARVALHO CHAGAS – PP questionou a idoneidade da organização social contratada. Perguntou ao Secretário de Estado de Saúde qual a nota que o senhor da à saúde do Estado: Qual a saúde que vamos ter? Quando vai diminuir a fila da morte? Quem são os credores que prestaram serviço e não receberam? O Deputado DR. FRANCISCO DO NASCIMENTO GOMES – PRP parabenizou a Secretária Executiva a senhora VANESSA LIMA DO NASCIMENTO, pelos esclarecimentos feitos sobre a contratação da organização social e a iniciativa da mesma comparecer a assembleia em um dia específico detalhando todo o processo de contratação, destacou que o Estado do Amazonas atende os pacientes do Estados do Acre, Pará, Roraima, ou seja, não tratasse apenas da demanda do nosso Estado. Ressaltou a saída do Vice-Governador da direção da Secretaria de Estado de Saúde, deixando um técnico para dirigir a 2ª maior pasta do Estado. afirmou que se está faltando medicamentos nas unidades de saúde é falta de gestão do Diretor da Unidade. Comemorou o retorno das cirurgias dos transplantes renais em julho/2019 no Hospital Delphina Aziz. Que Santarém faz transplante e o Amazonas não. Solicitou que o estoque da CEMA seja interligado com todas as unidades de saúde e que as unidades registrem não apenas a entrada dos medicamentos, mas também a saída quando o insumo for usado dentro da própria unidade. Após ter sido facultado a palavra a todos os membros da comissão de saúde e previdência a deputada DRA.MAYARA MONIQUE PINHEIRO REIS – PP, passou a palavra ao senhor RAPHAEL RODRIGUES, representa da empresa Simasa da Amazônia – 3º setor, onde o mesmo explanou que o discurso da problemática da saúde no Estado é antigo e questionou o porquê da não utilização do modelo que é usado no Hospital Albert Einstein, Sírio Libanês. Informou que a mais de 100 (cem) dias tenta uma agenda com a Secretaria de Estado de Saúde e não obteve êxito para apresentar o que ele entende como uma proposta viável para o caos da Saúde no Estado. Propôs a realização de um seminário temático. A presidente da comissão deputada DRA.MAYARA MONIQUE PINHEIRO REIS – PP acatou a sugestão da realização do seminário após o feriado da semana santa. Nada mais havendo a ser apreciado, a Presidente solicitou a lavratura da presente ATA. Nada mais havendo a tratar, eu Mônica Sales Moreira de Souza, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pela Presidente da Comissão de Saúde e Previdência. A Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária.

Deputada Dra. MAYARA PINHEIRO REIS
Presidente da Comissão de Saúde e Previdência

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO DO 2º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DETALHADO DA SAÚDE DE 2019

Aos dez dias do mês de outubro de 2019, às 12h35min, na sala do auditório Cônego Azevedo, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, reuniram-se os Exmos. Srs. Deputados DRA.MAYARA MONIQUE PINHEIRO REIS – PROGRESSISTA, RICARDO NICOLAU – PSD, MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO – PHS, DR. FRANCISCO DO NASCIMENTO GOMES – PRP, CARLOS BESSA – PV, ROBERTO CIDADE – PV, DEP. PÉRICLES – PSL e ALESSANDRA CAMPELO – MDB, sob a Presidência da primeira. Pela Secretaria de Estado de Saúde SUSAM participaram: o Exmo. Senhor Secretário Estadual de Saúde o DR. RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, a Secretária Executiva Adjunta de Atenção Especializada da Capital a senhora DAYANA PRISCILA MAIA DE SOUZA, o Secretário Executivo Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde o senhor JOÃO PAULO MARQUES, o Secretário Executivo Adjunto do Fundo Estadual de Saúde – FES o senhor PERSEVERANDO DA TRINDADE GARCIA FILHO, o Diretor da Central de Medicamentos – CEMA o senhor ANTÔNIO CARLOS PAIVA, os membros do corpo técnicos da secretaria, representados neste ato representados pela senhora RADILIA MARY DA COSTA LOPES - Chefe do Departamento de Planejamento, PRISCILLA SOARES LACERDA CARVALHO e LUIZ ALBERTO M. E SOUZA, sendo Secretariado pelo Senhor CELSO DE SOUZA CABRAL – Coordenador da Comissão de Saúde e Previdência. A Exma. Senhora deputada DRA MAYARA PINHEIRO REIS Presidente da presente Comissão saudou todos os presentes, pediu desculpas pelo atraso e justificou o devido motivo, declarando aberto o EXPEDIENTE informando que trata-se da AUDIÊNCIA PÚBLICA em cumprimento do que determina a Lei Complementar nº141/2012 para a apresentação, por parte da Secretaria de Estado de Saúde, da apresentação do 2º Relatório Quadrimestral de 2019, para que se torne público os gastos do segundo quadrimestre, iniciou-se a composição da mesa onde o Secretário Estadual de Saúde o DR. RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, que, no uso da palavra, cumpriu todos os presentes e direcionou a palavra à senhora RADILIA MARY DA COSTA LOPES, que deu início a apresentação do relatório. Inicialmente informou que faria uma abordagem relacionada a recursos aplicados na saúde, na execução do plano, programação anual, produção de serviços, auditorias, força de trabalho e indicadores da saúde, esclarecendo que os dados apresentados são em cumprimento a determinação da Lei Complementar 141/2012, Art. 5º, §5. e Art. 36 explicando a base legal dos recursos aplicados na saúde, ou seja, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2019 nº 4.4.652, de 16/08/2018, Lei Orçamentária Anual – LOA de 2019 nº4.745, de 31/12/2018. Foram apresentados os gráficos da receita estimada nos últimos 04 (quatro) anos 2016/2017/2018/2019 na área da saúde dos recursos aplicados demonstrando o percentual que o Governo do Estado do Amazonas vem desembolsando, incluindo a demonstração do orçamento investido em saúde pelo Governo do Estado do Amazonas, onde o orçamento atualizado até agosto de 2019 apresentou aproximadamente 21,30% de acréscimo comparado com o orçamento atualizado no 2º Quadrimestre de 2018. Informou ainda que na execução de recursos, a SUSAM teve uma dotação inicial autorizada, despesas empenhada e liquidada, mostrando que autorizada foi de R\$ 2.866.793.860,12, despesa empenhada R\$ 2.065.177.913,28 e despesa liquidada R\$ 1.801.077.940,21. Referente ao pagamento de despesas liquidadas de exercícios anteriores foi de R\$ 152.353.026,74. Em sua execução financeira por programa do PPA, no programa de apoio administrativo, aperfeiçoamento da gestão do SUS, assistência farmacêutica, investimento em saúde, vigilância em saúde, atenção à saúde da população, fortalecimento da atenção básica, gestão de políticas estratégicas e promoção da equidade em saúde, teve em seu total de dotação inicial o valor de R\$ 2.446.992.000,00, seu total de despesa empenhada R\$ 2.065.215.857,92, despesa liquidada o total de R\$ 1.801.083.973,65 e por fim o total de despesa paga em seu total de R\$ 1.626.538.860,33, demonstrado em gráfico percentual, sendo 44% destinado à atenção à saúde da população, 41% ao apoio administrativo, 10% à assistência farmacêutica, 4% em investimento em saúde e 1% em vigilância em saúde. Dando continuidade a apresentação disse que dentre as ações que mais executaram o PPA no quadrimestre, foram: a remuneração da mão de obra, consumindo 37,35%, contratação de cooperativas e empresas 23,64% e fornecimento de medicamentos 9,23% das despesas liquidadas. Em relação às unidades gestoras que executam através do repasse do estado, algumas das

principais unidades foram a SUSAM com 62%, a CEMA executou 7%, Fundação CECON 4% e Vigilância 3%. Falou ainda sobre as despesas do interior, onde as maiores unidades estão localizadas em Tabatinga, Itacoatiara e Rio Preto da Eva, a SUSAM centraliza os contratos e executa. Os hospitais que prestam atenção à saúde em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira são executados através de convênios, e os 61 hospitais da SUSAM no interior, a maior parte são executados com recursos próprios, onde ocorreu uma descentralização dos recursos para os municípios. Em relação ao percentual obrigatório por Lei, que são 12% obrigatórios de recursos próprios aplicados em saúde, ocorreu uma evolução de 2017 a 2019 onde se mantém na média de 17,4%, onde representa que R\$ 415.182.791,78 aplicados acima do percentual obrigatório de 12%. Dos R\$ 70.000.000,00 do FTI previstos para serem transferidos aos municípios, foram transferidos em 2019 o valor de R\$ 57.500.000,00, sendo a primeira parcela em maio no valor de R\$ 17.500.000,00, a segunda parcela de R\$ 40.000.000,00 milhões em julho. Dos recursos do FTI executados diretamente pelo fundo estadual de saúde, até agosto foram executados R\$ 160.000.000,00, sendo que, do total de R\$ 223.662.413,00, foram pagos em ações de manutenção da rede assistencial. Neste momento o DEPUTADO WILKER BARRETO pediu a palavra e fez um questionamento devido o valor que entrou de recurso foi de R\$ 200.000.000,00? Então o SECRETÁRIO RODRIGO TOBIAS respondeu que foram destinados R\$ 350.000.000,00 de FTI, desse valor 20% destinados para o interior, dos R\$ 70.000.000,00 já foram destinados R\$ 57.000.000,00 em duas parcelas. A terceira parcela do FTI vai ser paga em outubro e a quarta em novembro. Retomando a sua apresentação, a SENHORA RADILIA MARY expôs que, no exercício do ano de 2019, o total de 118 emendas parlamentares que representam o valor de R\$ 25.428.000,00, nas quais foram destinadas para 33 municípios, em seu total de R\$ 19.594.634,01, que representam 77% do valor total de emendas, e foram 74 instituições beneficiadas, empenhadas 74 emendas no valor de R\$ 17.000.000,00, 12 emendas foram homologadas, 32 emendas estão processadas no valor de R\$ 4.830.935,20. Em relação aos valores ocorreu um reajuste dos servidores da SUSAM no mês de julho levando ao aumento da folha pagamento. Na atenção básica destacou a possibilidade de melhoria na qualidade da atenção primária, na atenção de média e alta complexidade tem como objetivo melhorar as redes de atenção, com destaque a Fundação FCECON com ampliação do procedimento de radioterapia. Dando continuidade a reunião, a senhora RADILIA MARY destacou ainda o tempo de transferência dos pacientes foi reduzido, ouve um avanço significativo na questão das urgências e emergências. Em relação ao tratamento fora de domicílio obteve 3.804 pacientes e 4.900 de ajuda de custo o valor em despesa foi de R\$ 18.000.000,00. Na questão de medicamentos citou que a CEMA instalou um sistema de descentralização de medicamentos de alto custo SEAPE, demonstrando o aumento de julho até setembro a evolução de um maior número de pessoas com acesso a esses medicamentos. A equipe técnica da SUSAM realizou 47 auditorias, sendo 46 realizadas em unidades privadas e apenas uma unidade pública auditada, e também foram feitas 55 visitas técnicas. A senhora RADILIA MARY encerrou sua apresentação falando que haveria vários indicadores e que levaria muito tempo falando de cada um, mas que estão todos no material disponibilizado. Com a palavra, a deputada MAYARA PINHEIRO, declarou aberta para os deputados e aos demais presentes para se inscrição de suas exposições, e como presidente da Comissão a deputada começou suas considerações, falando que sabe o quanto é difícil administrar a saúde, ainda mais que executar o PPA e a LOA do ano anterior, mas enxerga uma responsabilidade de fazer novamente uma mudança na previsibilidade da LOA, com gasto de medicamentos de alto custo, para que não ocorra o mesmo incidente como nos anos anteriores, na questão dos quimioterápicos da Fundação FCECON, assim, deixa registrada sua sugestão. Dando continuidade fala sobre o remanejamento do FTI, que foi de muito valor para o interior do estado, existindo secretarias nos municípios que ainda não conseguiram gastar o valor repassado, onde apresentou mais uma sugestão, que diz respeito à questão de treinamento dos secretários do interior, exemplificando ainda a situação de um secretário do interior de pequeno porte e difícil acesso, que necessita ter um pensamento racional no que a população vai enxergar de bom valor e ver de forma rápida o investimento na saúde, “fico triste em ver algumas prefeituras do interior utilizando do recurso do FTI para quitar dívidas”, justifica que os hospitais do interior necessitam ainda de coisas básicas, onde o ideal seria utilizar para investimentos. Em seguida a deputada MAYARA PINHEIRO teve seus questionamentos respondidos pelo secretário de saúde o Senhor RODRIGO TOBIAS, em seguida passou a palavra para o próximo inscrito o deputado WILKER BARRETO, com a palavra o deputado perguntou sobre os

percentuais que custam cada unidade de saúde e quanto custa o Delphina hoje em percentual, seu próximo questionamento foi se houve aumento de incremento de UTI, sendo colocado pela deputada MAYARA PINHEIRO que como presidente da Comissão de Saúde agendou uma reunião para falar somente do Hospital Delphina Aziz no dia 29 de outubro. Em resposta aos questionamentos do deputado WILKER BARRETO, a senhora DAYANA PRISCILA diz que é importante fazer um destaque com relação à regulação, que o estado do Amazonas está servindo como modelo na regulação de urgência e emergência, é o único estado que faz regulação monitorada, fala ainda que a SUSAM está com um projeto em andamento de aplicação de 20 leitos neonatal dentro da maternidade Balbina Mestrinho, mas isso leva tempo, e que precisa respeitar o princípio da compra pública e atender a Lei nº 8.666/93. Com a palavra, o DEPUTADO WILKER relatou que esteve na Maternidade Balbina e que irá destinar um valor de suas emendas para reformar a UTI, ao terminar sua fala, perguntou qual o custo mensal do Delphina, sendo respondido pela Secretária DAYANA que possui um custo mensal de R\$ 8.000.000,00. Seguindo a ordem de pedido, a DEPUTADA MAYARA PINHEIRO passou a palavra para a Deputada ALESSANDRA CAMPELO, que faz os cumprimentos a todos os presentes, seguindo falando da importância da publicidade do relatório, que o mesmo possui um nível de detalhamento de fácil compreensão. Expôs seu questionamento informando que o Estado já se habilitou no procedimento jurídico movido pelo Ministério Público contra a prefeitura de Manaus que atende apenas 35% da saúde básica; que é preciso com urgência que o estado se habilite e que a população tenha conhecimento que o estado faz o trabalho dele e da prefeitura de Manaus. Em seguida propôs uma sugestão em relação à prestação de contas do FTI, onde acredita que é importante que a prefeitura preste contas, mas que a prestação deve ser anual e não por parcela, cita ainda que alguns prefeitos a procuraram falando que o dinheiro ainda está em fase de aplicação e de que o processo licitatório leva um tempo para se cumprir; Por fim agradece pelo fato do relatório atender às exigências legais. A Deputada MAYARA PINHEIRO chamou o próximo inscrito, o Deputado DR. GOMES que inicia sua palavra agradecendo a toda equipe da SUSAM por estarem prestando informações em todo quadrimestre, que prestar conta de todos os valores e planejamento da SUSAM em todo o estado. E que reconhece que não é fácil fazer saúde, fazer gestão na saúde com todas as dificuldades. Deixa sua colocação em relação ao recurso do FTI, que foi extremamente prático que através dele as prefeituras de forma direta podem fazer reformas e comprar equipamentos para seus hospitais, finaliza parabenizando o esforço e dedicação do secretário RODRIGO TOBIAS e o conhecimento técnico de toda sua equipe. A deputada Mayara passou a palavra ao próximo inscrito representando a população, o senhor CLEOBERTO LOPES DE CASTRO, onde a presidente da Comissão de Saúde coloca que o senhor CLEOBERTO tem uma indagação a respeito do abastecimento da CEMA, das medicações que ele precisa. Com a palavra o senhor CLEOBERTO diz que é importante o usuário sempre está reivindicando, diz que possui um problema sério desde 2015, não só ele e sua esposa, mas existem muitos outros também, relata que ficou muito chateado no dia dois quando foi em busca do seu medicamento, primeiro pela falta de energia, e que também pela demora para ser atendido. Depois do ocorrido se sentiu humilhado, que essas coisas não podem acontecer, um tratamento ser interrompido por falta de medicamento, diz ainda que fez um pedido de ressarcimento do valor do seu medicamento, e que espera que não aconteça mais, irá aguardar a resposta do ofício que protocolou, encerrou suas palavras falando da importância da população participar e agradeceu a oportunidade. Com a palavra o deputado CARLINHOS BESSA que parabenizou o Secretário do Interior Cássio Roberto pelo empenho de sua atuação no interior do Estado, pediu ainda para melhorar a interlocução entre o interior e a capital criando sistema de igualdade com o paciente do interior. Dada a palavra ao vereador de Manacapuru Senhor ROBSOM NOGUEIRA falou sobre a gestão irresponsável de Manacapuru que usa os recursos do FTI para pagar contas antigas e nada de benefícios para o Hospital. O secretário RODRIGO TOBIAS fez uso da palavra agradecendo seu CLEOBERTO por seus questionamentos, diz que sua gestão não tem nenhum problema com questionamentos, que ele busca cada vez mais aproximar a Saúde das necessidades da população. Por fim, a deputada DRA. MAYARA MONIQUE PINHEIRO REIS encerrou fazendo seus agradecimentos. Nada mais havendo a ser apreciada, a Presidente deu por encerrada a Audiência Pública e, eu CELSO SOUZA CABRAL, secretário, lavrei a presente Ata que será assinada pela Presidente da Comissão de Saúde e Previdência.



Deputada Dra. MAYARA PINHEIRO REIS
Presidente da Comissão de Saúde e Previdência

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL DA COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA PARA APRESENTAÇÃO DO 3º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DA SAÚDE 2020

Aos doze dias do mês de março de 2021, às 10h00min, por meio de plataforma virtual (<https://webzoom>), na rede mundial de computadores, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, presentes os representantes dos órgãos realizadores da Audiência Pública e convidados, conforme assinaturas constantes ao final desta Ata. Registraram-se presentes a Excelentíssima Deputada Dra. Mayara Reis (Progressistas), o deputado Ricardo Nicolau (PSD) e o deputado Delegado Péricles (PSL). O Secretário Estadual de Saúde Senhor Marcellus Campêlo, o Secretário Executivo de Atenção especializada da Capital Enº. Jani Kenta Iwata, o Secretário Executivo de Atenção Especializada do Interior Senhor Cássio Espírito Santo, o Secretário Executivo da Controladoria da Saúde Senhor Sílvio Romano Benjamim Júnior, o Secretário de Orçamento e Finanças Senhor Matheus Lima Vital, a Secretária Executiva do Fundo Estadual de Saúde Senhora Nívia Barroso de Freitas, a Secretária Adjunta da Capital Senhora Márcia Florinda Rosas Murad de Souza, a Secretária Adjunta de Descentralização e Regionalização do Interior a Senhora Rita Cristiane dos Santos Almeida Vasconcelos, a Secretária Adjunta de Urgência e Emergência Senhora Monica Lima de Melo e Melo a Secretária Adjunta de Políticas de Saúde Senhora Nayara Oliveira Maksoud, o Secretário Adjunto de Gestão Administrativa Senhor Marcos Sales Gomes, o Diretor Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde Senhor Cristiano Fernandes da Costa, o Coordenador de Assistência Farmacêutica Senhor Cláudio Nogueira, a Coordenadora do Complexo Regulador Senhora Keila Cristiane Batista do Valle, a Diretora do Departamento de Planejamento Senhora Radija Lopes, a Gerente de Programação em Saúde Senhora Priscila Soares Lacerda de Carvalho, a Assessora de Comunicação Senhora Roseane Mota, a Jornalista Larissa Cavalcante, e o Conselheiro do Conselho Estadual de Saúde do Amazonas Senhor Ronaldo André Brasil. Dando início à audiência pública virtual, a Presidente da Comissão da Saúde e Previdência da Assembleia Legislativa do Estado, deputada estadual Dra. Mayara Pinheiro Reis, cumprimentou os participantes e deu início à audiência passando a palavra para o Secretário Marcellus Campêlo que iniciou sua fala dizendo que estava cumprindo mais uma vez o que diz a legislação do SUS em relação à apresentação, em audiência pública, do Relatório Quadrimestral da Saúde, que, em seguida será lançado no sistema Digisus e apresentado ao Conselho Estadual de Saúde. Em seguida apresentou a estrutura de sua apresentação do relatório. Iniciou falando que, em 2020, houve um incremento de 7,56% em relação ao ano anterior. Disse que a Saúde detém 14% do orçamento total do governo e é o terceiro em dotação inicial na LOA e que, durante a execução geralmente passa para segundo lugar. Que, em 2020, houve um aumento de 26% no orçamento autorizado para execução, onde alegou que, em parte foi por conta da pandemia, mas que nem tudo foi por conta disso, pois teriam investido em outras ações durante o ano. Que houve um acréscimo de recursos autorizados de R\$ 824,9 milhões de reais em relação ao ano anterior. Que houve um recorde de execução orçamentária em 2020 por conta do empenho de toda a rede assistencial na execução do orçamento. Que havia um processo muito traumático em relação aos fornecedores por conta de despesas anteriores. Que, com a excelência na execução do recurso federal, obteve menos pressão no recurso estadual. Que tem como meta aumentar o percentual de execução dos recursos federais. Em seguida fez o detalhamento dos programas de execução por grupos de fontes os quais estão contidos no PPA da LOA, ressaltando que 2020 foi o primeiro ano de execução do plano inicial programático do governador Wilson Lima. (1) Apresentou através da Execução financeira por grupo de fonte que existe uma diferença expressiva de mais de 5% comparado com ano de 2019 e também aos anos anteriores. Em seguida fez a explanação dos seis programas do PPA do exercício 2020 e

pontuou que inicialmente apenas cinco faziam parte da programação de Execução e que só depois entrou o programa de combate a Pandemia da Covid-19. Ilustrou o resultado da execução onde Despesas Empenhadas foram 3,8, liquidadas 3,4 e pagas 3,4 e que a parte empenhada e não liquidada passa de trezentos milhões. Ilustrou através de um gráfico que a distribuição de Saúde em Rede é de quase 50% e que é onde se concentra toda a atividade fim da Estrutura da SES. E que também tem estrutura de apoio administrativo, onde entra toda despesa de pessoal e que a equipe interna da SES chegou num consenso que existem outras despesas que precisam ser detalhadas nos próximos relatórios. Dando continuidade a exposição do Relatório, o Secretário Marcellus Campêlo destacou as principais ações orçamentárias do PPA 2020, onde a distribuição das despesas com remuneração do pessoal ativo com encargos sociais representa 34,4% e a contratualização dos serviços de Assistência terceirizadas é de 20,2%. Ressaltou que houve um movimento de remuneração direta, porque tiveram uma contratação dos técnicos de enfermagem no início do ano 2020 e que esse movimento tende a aumentar a remuneração do pessoal ativo direto com a diminuição da contratualização dos serviços terceirizados, e que a ideia da rede dos servidores que trabalham com atividade fim, esteja de fato integrada diretamente à rede do Estado e que tenham uma contratação direta pela folha de pagamento do Estado. Em seguida o secretário destacou também a contraprestação da pessoa física privada de 3,3%, os medicamentos e produtos para saúde às Redes assistencial do Estado 6,5%. E ressaltou que a Secretaria de Saúde concentrou 67% da Execução do Orçamento. E que encontra problemas referentes as quantidades de UGS espalhadas na rede de Saúde, que tem enfrentado problemas para a padronização da qualidade dos serviços, por conta da quantidade de UGs, mas que através da tecnologia e os elementos de gestão e o fortalecimento da tecnologia de informação é possível empregar e se concentrar naquilo que é de fato sua missão, ou seja, o atendimento da assistência. E destacou também a CEMA como grande participação na execução e que a FES distribui os recursos dos municípios do interior e as outras UGS que representam as demais distribuições. Em seguida mencionou as maternidades de Tabatinga e Itacoatiara, e demais Unidades que possuem gestão plena e recebem o Teto MAC e FTI para atenção especializada. Houve problemas técnicos na transmissão. Retorno da transmissão mostrando através do gráfico os resultados dos indicadores LC materno/infantil, Saúde da Mulher e da Criança e que apesar de terem conseguido atingir a meta de 2020, disse que são os indicadores mais desafiadores que ele encontrou na saúde, e que a Secretaria de Saúde está buscando melhorar esses índices de maneira obstinada, e também lamentou sobre índices de mortalidade materna que fechou com 63 óbitos no ano 2020, e alertou sobre o crescimento do índice desses óbitos que tende a aumentar devido a Pandemia da Covid-19 esse ano de 2021. Em seguida continuou a explanação do gráfico informando que a Secretaria de Saúde realizará um plano de ação para reduzir taxa de mortalidade para menos de 70 por 100 nascidos vivos. E expôs também dois índices que não foram alcançados e que tiveram resultados insuficientes que foram o Rastreamento de Mamografia e Exame Citopatológico, e que as justificativas são irrelevantes, mas que estão avançando em dois Projetos em conjunto com a SEA capital, SEA interior e FCECON para melhorar esses indicadores. E ressaltou a importância da União da Prefeitura Municipal de Manaus com o Estado para melhorar os indicadores que não alcançaram meta a qual foi preconizado em 2020. Em seguida destacou a Atenção Básica de Vigilância à Saúde Bucal e disse que conseguiram aprovar no Conselho Estadual de Saúde, o Plano Estadual de Saúde Bucal, e que esse plano vai dar o start para a melhoria das metas da SES nesse ano de 2021. Apresentou dados gerais como procedimentos ambulatoriais de MAC 36.687.595 de metas alcançadas. E lançou um desafio para o futuro em que a entrega de medicamentos será uma espécie de UBERMED, para os pacientes que têm dificuldade de locomoção para retirarem os medicamentos. Destacou a quantidade de remoções em UTIs aéreas as quais somam 1.397 com remoções de pacientes do interior. E destacou também dados do TFD, Transplantes, atenção à pessoa com deficiência, telessaúde/telemedicina, E disse que vai intensificar o programa Melhor em Casa, principalmente nesses momentos de Pandemia. Em seguida expôs o quantitativo de profissionais de saúde totalizando 24.144, sendo que 80,44% são estatutários, 17,35% temporários e 1,83% comissionados. E fez uma breve explanação dos tipos de estabelecimentos na capital e a distribuição deles por zona onde são 58 unidades. Ressaltou a importância da parceria da prefeitura para o cumprimento da Ação Judicial referente à distribuição dos serviços e atenção básica especializada que não foi cumprida em 2020 e informou que o Estado já se manifestou formalmente e que já estão em tratativas junto à prefeitura de Manaus

para a reorganização dessa parceria. E destacou as três Unidades do Interior que estão sob a gerência Estadual que são: São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Itacoatiara, e que a gerência municipal soma 61 municípios, e que fizeram a contratualização dos Hospitais: Getúlio Vargas e H. Beneficente Português os quais entram como Rede Conveniada. E falou sobre a ampliação dos leitos no SUS que conseguiram avançar de 1,18 para 1,21 em 2020 somando 942 leitos e o não SUS 409 leitos, juntos totalizando 1.351 leitos. E que ainda existe um déficit nessa ampliação, mas conforme preconiza o sistema nacional irão avançar nesse ano de 2021. Deu continuidade falando sobre o Programa Saúde no Amazonas que foi lançado no dia primeiro de setembro pelo Governador Wilson Lima, onde mostra nove grandes ações de modernização e estruturação da Saúde. E destacou essas ações nas calhas de Nhamundá, Boca do Acre com entregas de equipamentos e leitos de UCIs e mobiliários. Em seguida destacou a maior taxa de cura da hanseníase dos últimos 30 anos com 92% de pacientes recuperados e a redução da fila de espera aos pacientes neuropatas crônicos. Destacou também o plano "Giro de leitos" e a importância dessa ação, onde 250 cirurgias Ortopédicas foram realizadas em 30 dias, desafogando o sistema de saúde e ultrapassando a meta que era de apenas 180 cirurgias. Em seguida fez a exposição da renovação do Parque de imagens pontuando os tomógrafos que foram entregues aos Hospitais juntamente com os aparelhos de raios-X Digital portátil e que a secretaria também irá expandir esse projeto para o Interior do Estado. Em seguida falou que as atividades de Auditoria serão mais fortalecidas com a nova estrutura administrativa do Estado. Continuou sua fala exibindo o Panorama Epidemiológico destacando informações sobre a Covid-19 e lamentou sobre a quantidade de óbitos no Estado que atualmente já foram ultrapassados, pois houve um crescimento exponencial de casos da covid-19 no Amazonas no início deste ano de 2021 e que atualmente estamos ultrapassando mais de onze mil casos. Informou que todas as normas e notas técnicas estão registradas e disponibilizadas na SES e FVS/AM. Ressaltou que o Estado do Amazonas é considerado um dos melhores Estados na transparência de informações da Covid-19 e que tudo relacionado à pandemia encontra-se disponível para quem quiser consultar, e fez um breve comentário sobre o decreto que foi publicado em 16/03/2020 em razão da disseminação do novo coronavírus e outros decretos que declaram "Estado de calamidade no Amazonas". Em seguida fez a exposição do Plano de Contingência destacando que já estamos na 5ª versão do plano e que também estão publicadas no site da FVS/AM as informações a quem possa interessar, expôs a matriz dos indicadores para a Gestão de risco na Pandemia da covid-19 e fez menção em memória da Dra. Rosemary destacando sua grande contribuição para o enfrentamento da covid-19 no Amazonas. E deu continuidade mostrando o canal de transparência pontuando os repasses federais 219.435.508,09 e os recursos da lei 173/2020, 267.569.900,52 milhões de reais destinados ao Amazonas, totalizando 487.005.408,61 milhões de Reais. Em seguida mostrou a Execução Orçamentária desses recursos, e lamentou por ter chegado ao Amazonas tardiamente, e que por conta disso, a secretaria teve que utilizar bastante os recursos Estaduais no primeiro momento em relação à covid-19. Em continuidade, ressaltou as emendas parlamentares estaduais demonstrando o total de 188 EP e que 64 milhões de EP foram atendidos. Destacou o Município de Manaus em primeiro lugar referente a emendas parlamentares, e o expôs também os recursos do FTI transferidos aos municípios do interior do Amazonas no valor de 93.600.000,00 milhões em 2020, e que esse recurso foi autorizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Em seguida fez um breve comentário informando sobre a mudança do nome da Secretaria de Saúde do Amazonas que antes era SUSAM e mudou para SES, complementando que essa mudança teve como objetivo alinha-se com o Sistema Nacional. Encerrou sua apresentação agradecendo e exaltando o trabalho da equipe SES e agradecendo a Deputada Mayara Pinheiro Reis, para quem passou a palavra. Com a palavra, a deputada Mayara agradeceu pelos esclarecimentos e fez um breve comentário sobre o relatório quadrimestral 2020 o qual foi bastante extenso e detalhado, falou também sobre a execução geral das programáticas do PPA, sendo que a SES apresentou que 61% de execução das ações que foram totalmente executadas e parcialmente 38% de status de não executadas. Apesar de ter havido uma suplementação de um bilhão e trezentos mil do orçamento inicial previsto pela secretaria. Em seguida citou algumas ações que já tinham sido compactuadas durante o seu mandato e que já constavam no PPA, mas que não foram executadas pela SES e que ela espera que esse ano de 2021 a secretaria possa de fato executar essas ações onde uma delas é a Realização do Atendimento na Saúde Itinerante do Interior, e que a princípio dez municípios seriam beneficiados com a realização de cirurgias e de exames de alta complexidade, e que seria realmente a realização de mutirões com o

financiamento da Secretaria de Saúde Estadual, com o RH específico, e ressaltou a dificuldade que os municípios enfrentam para firmar esses profissionais devido à demanda também reprimida da capital, e que sabendo da dificuldade enfrentada pelas prefeituras do interior, ela destinou duas emendas para mutirões no interior, sendo uma delas repasse de 83 mil para cada município, e que essas emendas já foram efetivamente pagas. E que destinou também outra emenda para o interior que foi a Questão da Cirurgia Oftalmológica e fez um pedido para que haja antecipação nessas ações principalmente no interior d Amazonas, e falou sobre as UTIS nos municípios Pólos que serão instauradas através de uma cooperação técnica envolvendo Estado e Governo Federal, e citou o Município de Coari que já possui projeto básico para funcionamento de Tomografia e demais equipamentos de alta tecnologia e também projeto para se firmar realmente leitos de UTI, mas que devido à demanda reprimida de profissionais de saúde na capital, o município tem dificuldade de contratualizar os profissionais necessários com a frequência mensal préestabelecida para suprir as demandas do interior. Nesse sentido a deputada solicitou uma atenção especial da Secretaria de Saúde do Amazonas para ser o braço forte do interior e que através dos recursos da Secretaria de Saúde, fosse possível a contratualização do RH específico e altamente especializado para o interior do Estado. E citou como exemplo os outros Estados da Federação que dão esse apoio para o interior e para as Macrorregiões de Saúde e também que a Secretaria incluisse no programa além dos municípios Polos, os municípios Subpolos que também tenham condições de investir em equipamentos de alta tecnologia para o funcionamento da Saúde do seu município. Em seguida a Deputada Mayara questionou sobre o programa “ver e tratar colo do útero”, observando a não execução no PPA 2020 e ressaltou a importância desse programa para evitar o câncer no colo do útero principalmente nas mulheres do interior do Estado, e que infelizmente no nosso Estado ainda está no ranking liderando esse tipo de câncer, e que aguarda com muita expectativa a concretização desse programa em junho de 2021. Em seguida citou mais uma vez Coari como exemplo de investimento em equipamentos de alta complexidade e lamentou por não terem conseguido da vazão para a execução da conização no município, e que mesmo com um grande investimento em colposcópio mais uma vez o município esbarra no problema da falta de profissional especializado para a atuação. Em seguida fez um breve comentário sobre procedimentos de exame de preventivo no interior, lembrando o secretário de saúde sobre uma reunião onde foi tratada a questão dos exames colpocitológicos nas mulheres do interior, e pediu mais uma vez, atenção devida para essas mulheres, e que fossem priorizadas e agradeceu a Dra. Mônica Bandeira pela atuação e parceria com a questão da saúde das mulheres do interior. Em seguida falou sobre a contratualização da Pactuação do PPI que trata da disposição do Recurso de médicos de alta complexidade capital e interior e que esse assunto precisa ser discutido de forma urgente, inclusive fazer uma PEC alterando a lei do FTI para que parte desse investimento seja também em investimento de Saúde do Interior. Em seguida fez um breve comentário sobre morbidade materna grave e o número de óbitos em puérperas por Covid-19, e solicitou que a secretaria aumente a vigilância para esse grupo de mulheres, pois a taxa de letalidade é de 12%, ou seja, três vezes maior que o grupo geral da população, e destacou o indicativo criado por ela, para priorizar gestantes e puérperas na questão Covid-19. Em seguida questionou o secretário Marcellus Campêlo sobre a não execução de 42 milhões dos recursos disponibilizados no combate a covid-19 e passou a palavra para o secretário explicar os motivos. Com a palavra, o secretário Marcellus Campêlo explicou que devido o recurso covid-19 ter chegado tardiamente, ou seja, depois da autorização do ministério, houve o atraso na execução, mas que a partir de outubro de 2020, com o plano de contingência, já começaram a executar com mais velocidade esses recursos, utilizando-os conforme autorização do ministério da Saúde, e que o valor não executado em 2020, já está sendo executado em 2021 com a abertura do orçamento. E destacou que a Secretaria de Saúde do Amazonas nunca havia executado tanto orçamento como no ano de 2020. E que conseguiram resgatar muito passivos históricos principalmente com os profissionais de saúde, e que estão vigilantes para executar ainda mais essa ação orçamentária. Em seguida a Deputada passa a palavra para o Dep. Dr. Ricardo Nicolau. Com a palavra o Deputado Ricardo Nicolau inicia sua fala lamentando sobre os graves problemas de saúde que o Amazonas e o Brasil enfrentam, e fez um breve comentário sobre a gripe Espanhola, onde houve vários óbitos e o caos que as pessoas viveram nessa época. E que ele está realizando um trabalho de levantamento de dados em outros Estados e em outros países para avaliação de óbitos em virtude da covid-19. Fez uma observação sobre os cuidados que precisamos ter referente a dados

e informações que não condizem com a verdade sobre os índices e subnotificação de letalidade no Amazonas. E deu continuidade em sua fala, informando sobre as pesquisas que está realizando referente à ventilação não evasiva desde Março de 2020, e da implantação do corticóide, de anticoagulante e que recentemente fez uma pesquisa ampla sobre o medicamento proxalutamida e que obteve excelentes resultados e contou com a participação de vários municípios para essa pesquisa. Em seguida, solicitou da Secretaria de Saúde respostas para seus ofícios referentes às pesquisas realizadas, para que em parceria possam fazer as análises em conjunto com a SES. E comentou sobre a execução da Secretaria de Saúde, exaltando a fala do secretário Marcellus Campêlo referente ao Amazonas está na 5ª posição per capita do País. Uma execução nunca vista em volume de recursos, mas que infelizmente ainda existem dados considerados muito graves devido a Pandemia, e conseqüentemente um agravamento nas outras doenças, por conta dos tratamentos que precisaram ser suspensos para priorizar o tratamento da covid-19, e inclusive cirurgias que tiveram de ser suspensas, causando ainda mais agravamento em pacientes que já faziam acompanhamento ambulatorial e outros. Em seguida falou sobre o déficit de leitos nas maternidades, e falou sobre a Maternidade Ana Braga que nessa Pandemia foi aberto o primeiro andar com aproximadamente 30 leitos para atendimento de pacientes com covid-19, e destacou a importância desses leitos serem utilizados para tratamento de outras doenças agora com a diminuição da taxa de covid-19, pois a abertura desse primeiro andar já fazia parte de suas solicitações há mais cinco anos e que só agora foi aberto. Em seguida perguntou do secretário Marcellus Campêlo sobre quantos leitos novos foram criados e quantos leitos clínicos foram transformados para o tratamento da covid-19. Passando a palavra para o secretário. Com a palavra, o secretário Marcellus Campêlo, agradece os apontamentos feitos pelo Dep. Ricardo Nicolau, em seguida informa que já acionou sua a equipe para priorizar os ofícios com as solicitações do Deputado e seguiu falando sobre a quantidade de leitos que foram criados no combate a covid-19, informando que na Maternidade Ana Braga foi criado 87 leitos, no Instituto da Mulher 62, Balbina Mestrinho 17 leitos com UTI neonatal e UTIS maternos, E que será inaugurada mais uma área na maternidade Balbina Mestrinho, com relação à evolução de leitos saíram inicialmente de 312 leitos clínicos para 1039 leitos de UTI. E de 130 leitos FIT para 426. Porém não respondeu à pergunta do Dep. sobre o total de leitos criados novos e quantos foram transformados, mas se comprometeu de enviar essa informação para o Deputado assim que obtiverem a informação. Com a palavra a Deputada Mayara agradece a contribuição do Deputado Ricardo Nicolau, e comenta sobre o medicamento (proxalutamida) exemplificando que teve informações de ótimos resultados sobre a eficácia desse medicamento e que aguarda com muita esperança o resultado final dos estudos e pesquisas realizadas pelo Dep. Ricardo Nicolau. Com a palavra solicitada pelo deputado Ricardo Nicolau, o mesmo segue informando que os estudos sobre a medicação já estão concluídos e que já será publicado nas revistas especializadas e que os dados foram significativos com redução em óbitos em 92%, e em tempo de internação 100% e que os efeitos colaterais foram insignificantes, e que o tratamento com a proxalutamida teve 100% de eficácia em todos os pacientes estudados, os quais foram mais de mil pacientes envolvidos. E agradecendo a participação de todos os municípios que atuaram e contribuíram para a pesquisa, destacou a importância de cada um na conclusão dos estudos com o medicamento e passou a palavra para a deputada. Com a palavra, Deputada Mayara faz um breve comentário sobre o Hospital Francisca Mendes, ressaltando sobre a emenda de sua autoria de 600 mil para a compra de próteses e órteses, que irão alavancar as cirurgias infantis, e também sobre a lei que preconiza a resolutividade precoce da cardiopatia infantil e implementou que fosse obrigatório a questão do ecofetal durante a gestação para possibilitar na gravidez de alto risco o diagnóstico precoce, e que fosse realizado a cirurgia logo nos primeiros sete dias. Em seguida falou sobre a emoção que sentiu acerca de um relato da SES sobre um bebê sendo operado na hora do parto e destacou a grandiosidade desse acontecimento, ressaltando que esse é o caminho para que possamos melhorar a vida dos amazonenses. Nada mais havendo, a presidente da Comissão de Saúde e Previdência deputada Mayara Pinheiro mais uma vez agradeceu a participação de todos e declarou por encerrada a reunião virtual. Nada mais havendo a tratar, eu Celso Cabral, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pela Presidente da Comissão de Saúde e Previdência.



Deputada Dra. MAYARA PINHEIRO REIS –
PROGRESSISTAS
Presidente da Comissão de Saúde e Previdência

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL APRESENTAÇÃO DO 1º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DETALHADO DA SAÚDE DE 2021

Aos vinte e oito (28) dias do mês de junho de 2021, às quatorze horas, por meio de plataforma virtual (<http://webzoom/>), na rede mundial de computadores, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, presentes os representantes da Comissão de Saúde e Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e da Secretaria Estadual de Saúde – SES/AM, conforme assinaturas constantes ao final desta Ata. Iniciada a Audiência Pública Virtual, o Vice-presidente da Comissão da Saúde e Previdência da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Estadual Ricardo Nicolau, cumprimentou os participantes, alertou que estava atuando de forma interina em função da licença maternidade da presidente deputada Mayara Pinheiro, dando por iniciada a audiência pública que teve como objetivo a apresentação do Relatório Detalhado do 1º Quadrimestre da Saúde – RDQS pela Secretaria Estadual de Saúde – SES/AM. Com a palavra o Dr. Silvío Romano Benjamim Júnior - Secretário Estadual Interino da Saúde, que agradeceu e cumprimentou a todos. Passou então a palavra para a senhora Radija Mary - coordenadora de planejamento da SES/AM, que de início à apresentação falando sobre a base legal que regula o relatório quadrimestral, demonstrou ainda a estrutura de apresentação e iniciou o conteúdo falando sobre o orçamento de 2021 que foi de R\$ 2.677.811,00 reais, 33% a mais que 2018. Que a Saúde possui o maior orçamento do estado. Apresentou um comparativo da dotação inicial em relação à dotação atualizada onde, em 2021, foi maior em 15,3% em relação ao ano anterior. Ressaltou ainda que, em 2021, o orçamento teve uma dotação suplementar na ordem de R\$ 713,5 milhões. Em relação à execução financeira disse que no primeiro quadrimestre ocorreu uma execução de 68,2% nos recursos do tesouro estadual, 8% do tesouro federal e 23,7% nas demais fontes. Apresentou ainda as despesas liquidadas no 1º quadrimestre que corresponderam a 32% do total autorizado e, destes, 111 milhões foram com despesas de exercícios anteriores. Em relação à execução orçamentária por programa disse que o maior volume de recursos foi executado no Programa de apoio administrativo, seguido do Programa Saúde em Rede e Combate à Pandemia de Covid-19. Ressaltou que, no primeiro quadrimestre de 2021, as despesas com pessoal correspondeu a 51,73%. Dentre as Ações Programáticas, 41% ocorreram na ação de pagamento de remuneração do pessoal ativo, seguido dos serviços terceirizados e fortalecimento do combate ao Covid-19. Em relação à execução por unidade gestora, 63% dos recursos foram utilizados na SUSAM. Neste momento o deputado Wilker Barreto questiona sobre qual percentual se executou com as Organizações Sociais dentro da Unidade Gestora SUSAM. O deputado Ricardo Nicolau falou então que os questionamentos fossem realizados ao final da apresentação. O deputado Wilker Barreto então falou que estaria utilizando a mesma forma utilizada na CPI do Senado, que era melhor se respondessem aos questionamentos durante a apresentação porque eram muitos os questionamentos. Que já seria uma solicitação recorrente para que a SES apresentasse a execução das OSs em relação às outras Unidades. O deputado Wilker Barreto então solicitou que a SES apresentasse na reunião quanto representaria a execução orçamentária com as OSs em relação à UG SUSAM. Dando continuidade a audiência, a coordenadora de planejamento da SES/AM senhora Radija apresentou as UGs do interior com os maiores montantes de recursos, onde ressaltou que os recursos, em sua maioria foram executados pela UG sede e UG Fundo Estadual de Saúde. Disse ainda que pactuou na CIB/AM com os municípios a transferência direta de recursos do MAC em função de que os mesmos estavam gerindo as Unidades Hospitalares do estado, sendo que já teriam sido transferidos R\$ 52,7 milhões aos municípios, assim como de recursos do FTI. Em seguida a senhora Radija apresentou os dados sobre alcance do percentual mínimo previsto na LC 141/2012, com 13,99%, explicando que esse

baixo número pode ser explicado em função da forte execução ocorrida em fontes que não entram como execução de recursos próprios principalmente de recursos advindos para combate à covid-19, e que existe uma tendência de aumento desse percentual nos próximos quadrimestres. Apresentou ainda uma série histórica onde o Amazonas sempre aponta, entre os estados, como o maior executor de recursos próprios a mais de 10 anos, com uma média de 20,32% anuais. Apresentou em seguida a Programação Anual de Saúde, onde demonstrou que para 2021 foram estabelecidas 04 diretrizes, 12 objetivos, 42 indicadores, 83 ações e 457 atividades. Apresentou o resultado dos indicadores pactuados pela SES/AM, onde ressaltou que do total de óbitos maternos ocorridos no período, 73% haviam ocorrido na capital, e que, do total de partos normais 53% ocorreram na capital. Em relação à produção assistencial disse que no primeiro quadrimestre ocorreram mais de 12 milhões de atendimentos de média complexidade no estado, sendo que, desses, 66% foram sob gestão estadual. Em relação aos procedimentos de urgência e emergência, 288.334 foram de procedimentos ambulatoriais e 28.981 de hospitalares. Já em relação às internações, das 65.327 internações realizadas, 70% ocorreram sob gestão estadual. Em relação à atenção especializada sob gestão estadual, ocorreram 6.116.757 procedimentos ambulatoriais e 33.235 procedimentos hospitalares, sendo 40,51% com finalidade diagnóstica e 75% de procedimentos clínicos. Em relação aos partos disse que dos 18.701 partos realizados no primeiro quadrimestre, 61% foram de cesáreos e 39% normais, sendo que 51% destes ocorreram em maternidades estaduais da capital. No primeiro quadrimestre ocorreram também 801 remoções do interior, 1.091 para Tratamento Fora de Domicílio TFD com 1.927 ajudas de custo. Foram realizados ainda 8.367 atendimentos via telessaúde e telemedicina. Disse ainda que a força de trabalho da SES é constituída de 26.660 profissionais, onde ressaltou que houve aumento nas contratações de funcionários com vínculo temporário para dar conta das ações voltadas para a pandemia. Apresentou a composição da rede assistencial do estado que possui 58 unidades sob gestão estadual na capital e que, das unidades do estado que estão no interior, 03 ainda permanecem sob gestão estadual, 61 estão sob gestão municipal e 03 estão conveniadas. Neste momento o deputado Wilker Barreto interrompe a apresentação indagando porque o Estado não assume a alta complexidade no interior, onde exemplificou que as prefeituras do interior reclamam constantemente que os cirurgiões são pagos pelas prefeituras a preços que passam de 50 mil reais. Perguntou se isso não entraria no radar da Secretaria Estadual de Saúde porque as prefeituras hoje ficam os custos elevados com essas cirurgias e qual seria a estratégia da SES para resolver esse problema no planejamento de 2021. O Dr. Cássio Espírito Santo - Secretário Executivo Adjunto de Ações Especializadas do Interior então respondeu à indagação do deputado Wilker Barreto dizendo que desde 2019 vem sendo reduzido esse problema. Que o principal problema era porque, no SUS, a transferência de recursos da média e alta complexidade ocorre após a informação da produção que não é informada pelas prefeituras. Citou como exemplo uma planilha que demonstrava que 06 municípios não haviam alimentado o sistema com informações de produção. Que essa situação inviabiliza o aumento das transferências de recursos da MAC para esses municípios. Outra questão refere-se à saída dos RETs que não estava previsto pela SES que está elaborando uma proposta de concurso público para suprir tais necessidades. Disse ainda, que para suprir a necessidade de médicos para o interior a secretaria estaria contratando médicos especialistas através do Programa Saúde nas Calhas que vem desde 2019, sendo que a pandemia atropelou o processo. Que a prioridade da SES passou a ser a Covid-19 e que agora estariam voltando com as ações do programa. Que os municípios estão utilizando parte dos recursos do FTI para pagar tais profissionais. Que vem tentando trabalhar junto aos municípios a questão da informação nos Sistemas, porque tão logo informem a produção no sistema poderão passar a receber recursos para esse tipo de custeio. Disse ainda que os municípios pedem para aumentar os recursos, porém não informam no sistema nem para comprovar o que já recebem. Disse ainda que o concurso previsto pode melhorar a situação, mas que o que teriam de mais efetivo seria a contratação de profissionais especialistas para os municípios polos como Parintins, Manacapuru, Itacoatiara, Tefé, Tabatinga, Eirunepé, Lábrea e Humaitá, a SES contratará profissionais para esses municípios Polos que atenderão a demanda dos municípios do entorno. Disse que, se no período da pandemia já tiveram dificuldades para contratação de intensivistas, para o interior foi ainda mais difícil. O deputado Wilker Barreto então solicitou uma reunião da Comissão de Saúde com a SEA Interior e os municípios que não informam o Sistema para que se chegue a uma solução. O Secretário Cássio da SEA Interior citou como exemplo o município de

Itamarati que até o momento não havia inserido a produção no Sistema de Informação do MS, o que tornava inviável o aumento dos recursos para contratação de especialistas nesse município. O deputado Ricardo Nicolau então falou que estaria preparado um estudo para apresentar ao Estado para que, além do MAC e do FTI possa transferir recursos do próprio estado para os municípios complementando os recursos para a saúde. Perguntou então, quanto e de que forma o estado estaria investindo dos seus recursos próprios para os municípios e qual seria hoje o teto MAC e desse montante quanto focaria na capital e quanto estaria indo para o interior. O Secretário Cássio então respondeu que o estado não repassaria recursos para interior de forma direta, só através da compra de equipamentos. O deputado Wilker então perguntou quantos milhões representariam tais aquisições no primeiro quadrimestre. O secretário Cássio então se comprometeu em enviar uma relação detalhada com os gastos estaduais com os municípios. Que em relação aos recursos do SUS, disse que falou à época o Ministro Pazzuello, assim como, a secretária Rita da SEA Interior também já havia falado com o Secretário Executivo do MS em relação à questão da equidade prevista no SUS. Que estariam falando com o Ministério da Saúde, com deputados federais e senadores para atentarem que o Ministério da Saúde tenha um olhar diferenciado para a região norte. Que muitos prefeitos tiveram um custo muito alto com a logística de distribuição de vacinas para suas comunidades. Que o custo de fazer saúde no interior era muito dispendioso e que o Ministério não era sensível a tais dificuldades. O deputado Ricardo Nicolau então perguntou sobre os valores atuais do teto MAC. A senhora Radija da SES disse para o deputado que estaria em torno de 500 milhões entre o estado e municípios, sendo que o estado na faixa de uns 300 milhões, mas que estariam confirmando tal informação. O deputado Ricardo Nicolau então manteve sua indagação anterior. O deputado Wilker falou que a secretaria então deveria dizer quanto de recursos próprios estariam sendo enviados para o interior através de ajuda com insumos e equipamentos, até porque os recursos do FTI seriam variáveis. A senhora Radija então deu prosseguimento à apresentação falando sobre leitos, onde ressaltou que, no primeiro quadrimestre de 2021, o estado geriu 4.617 leitos do total de 9.467 do estado. Que do total de 1.570 leitos de UTI, o Estado geriu 1.032 leitos. Relatou que, dentre os leitos hospitalares por mil habitantes, no segundo quadrimestre o Estado apresentou 1,42 de leitos existentes (SUS e Não SUS) e 1,23 de leitos SUS. Apresentou ainda os leitos complementares com 1.570 existentes e, destes, 1.127 de leitos SUS. Em seguida apresentou as principais ações realizadas pelo estado em relação ao Programa Saúde Amazonas, onde demonstrou dados de que foram implantadas 25 usinas de oxigênio em 20 municípios. Disse que foram implantados novos leitos de UTI na maternidade Balbina Mestrinho passando de 10 para 24 leitos de UTI. Relatou que o ICAM realizou a primeira cirurgia infantil. Relatou que no projeto de telessaúde a SES-Am expandiu para o interior em parceria com o Hospital Albert Einstein, onde foram realizados 501 procedimentos. O deputado Wilker argumentou em relação à questão da internet no interior que é muito prejudicial para esse tipo de serviço. O secretário Cássio disse então que a SES estaria fazendo um trabalho para melhorar a internet para o interior juntamente com o exército e que na maioria dos municípios estariam utilizando a internet das antenas da UEA. Que estariam em processo com a UEA para expandir a internet para que haja suporte para exames de raios-X e mamografia. Disse ainda que a parceria com o Albert Einstein foi constituída por uma portaria e pactuada no CONASS onde o estado aderiu agraciando 27 municípios tendo como critério o IDH-M, onde os municípios com menor IDH-M foram onde iniciaram o projeto de telessaúde. O Secretário Arce da Tecnologia da SES informou que a banda fornecida pela UEA é muito baixa dificultando o acesso e transmissão dos dados. Disse que estão juntamente como o Exército e Prodam estão fortalecendo a arquitetura de conectividade para poderem ampliar e poderem atender com a UEA todos os serviços para a população do interior. Que estariam neste momento com 07 municípios com fibra e que a ideia seria de chegar até o final de julho em São Gabriel da Cachoeira. E que, segundo o Secretário, onde não tiver a fibra a Prodam estaria melhorando o sinal da antena para aumentar a banda. A senhora Radija então retornou a apresentação falando sobre o pagamento de um abono para trabalhadores da saúde através do decreto nº. 43.690. Em relação às auditorias realizadas disse que foram realizadas 04 auditorias, 14 visitas técnicas e 44 análises de processos de pagamentos. Que no setor privado auditaram a empresa White Martins e o IGOAM e no setor público auditaram o HPS João Lúcio e a SESAM. Em seguida, deu início aos relatórios complementares sobre ações e recursos executados na Pandemia, emendas parlamentares e recursos do FTI. Fez então um comparativo entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de abril de 2021, onde o estado do Amazonas

apresentou 201.013 casos confirmados contra 370.776 de abril de 2021, ocorreram ainda 5.285 óbitos em 2020 e até 2021 foram 12.627. Em dezembro de 2020 a taxa de letalidade era de 2,63% passou para 3,41% em abril de 2021. Sobre a vacinação, disse que o estado aplicou 604.521 vacinas de 1ª dose e 270.340 de 2ª doses. Em relação às usinas de oxigênio o Estado implantou 14 usinas em 12 Unidades da capital. Relatou ainda que foram pactuadas 68 Resoluções na CIB-AM para o enfrentamento da Pandemia como aplicação de recursos e habilitação de leitos dentre outras. Informou que está disponível no site da FVS-AM a sexta versão do plano de contingência estadual para enfrentamento da Covid-19, a matriz de indicadores de risco e o plano operacional de imunização. Informou sobre a criação de vários canais de transparência relacionadas à Covid19, dentre eles, o site da transparência do governo, site a SESAM e da FVS-AM. Em relação aos recursos executados no primeiro quadrimestre disse que recebeu de repasses federais R\$ 42.136.123,97 para custeio, R\$ 6.934.834,00 para investimento, totalizando R\$ 49.070.957,97. Remanejado do estado foram R\$ 418.839.541,92. Apresentou a execução orçamentária dos recursos autorizados sendo R\$ 67.032.693,49 pagos com recursos estaduais, R\$ 41.320.938,31 com recursos de outras fontes e R\$ 12.759.954,75 com recursos federais. O deputado Ricardo Nicolau perguntou quais seriam os recursos de outras fontes executados pelo estado. A senhora Radija então falou que seriam recursos específicos remanejados para a pandemia de Covid-19. Dando continuidade apresentou a execução dos recursos do Programa de combate à Pandemia que foi de R\$ 121.113.586,65. Em seguida apresentou a execução das emendas parlamentares impositivas com 191 emendas parlamentares atendidas correspondendo a uma execução de R\$ 57,3 milhões de reais. Apresentou a execução e transferência dos recursos do FTI onde foram destacados ao Fundo Estadual de Saúde R\$ 160.050.000,00, onde foram repassados aos municípios 50.000.000,00, ficando um saldo a ser repassado de R\$ 110.050.000,00. Informou ainda que, do total de recursos transferidos aos municípios R\$ 20.000.000,00 foram destinados ao combate à pandemia de Covid-19. Em seguida apresentou a distribuição dos recursos do FTI por região de saúde. O deputado Wilker Barreto solicitou então que a SES/AM apresentasse os recursos transferidos para os municípios seguindo a mesma lógica da apresentação dos recursos do FTI. A senhora Radija então finalizou sua apresentação do 1º RQDS. O deputado Ricardo Nicolau então passou a palavra para que o deputado Wilker Barreto fizesse suas ponderações. O deputado Wilker Barreto perguntou se existiria no primeiro quadrimestre algum atraso nos pagamentos de mão de obra terceirizados. O secretário interino da SES-AM senhor Silvío Romano então ficou de fazer um relatório sobre a situação de atrasos de pagamentos de mão de obra e serviços terceirizados a ser entregue para a Comissão de Saúde. O secretário interino então falou que a SESAM deu início a um plano de modernização dos processos de planejamento que deverá agilizar os processos de pagamento para até 60 dias da abertura do processo. O deputado Wilker então perguntou se a SES já havia equacionado a situação dos mais de 3.000 técnicos de enfermagem que foram migrados do sistema terceirizado para contratação direta em relação ao pagamento de tickets alimentação e insalubridade, visto que, já havia se reunido por várias vezes com os profissionais da SES para tratar da matéria e nada teria sido resolvido. O secretário Silvío então falou que estaria se comprometendo em responder ao questionamento de forma oficial. O deputado Wilker então falou que, por conta da não solução da questão havia encaminhado o caso para o Ministério Público do Trabalho para que desse o encaminhamento devido. Relembrou uma de suas solicitações anteriores de que a SES pudesse apresentar qual o percentual de despesas com Organizações Sociais dentro do total que foi executado para as Unidades. A diretora do Departamento de Planejamento então explicou que a intenção do gráfico seria para demonstrar qual o percentual de execução de cada UG em relação ao total executado e que para atender ao deputado na próxima apresentação de RQDS poderia fazer um gráfico mostrando um maior detalhamento. O deputado Nicolau então, seguindo a mesma linha de indagação do deputado Wilker Barreto, solicitou explicações sobre se os valores repassados para a OS sofre alguma alteração em função da produção apresentada. O deputado Wilker então falou que seria 90% fixo e 10% variável e que a justiça havia pedido o realinhamento do contrato e que estaria entrando no ministério público federal e tribunal de contas com uma representação para a devolução do dinheiro que não foi executado, uma ação de dano ao erário. Que sabia que a Unidade não era uma UG, mas era a Unidade que mais consome dinheiro público. Que não colocam a OS nos gráficos porque seria constrangedor mostrar a quantidade de recursos repassados em relação às outras UGs. O deputado Wilker então deu início às suas considerações finais dizendo que tem muito

respeito pelos técnicos, mas que questionaria muito as tomadas de decisões políticas que deixam muito a desejar porque os gráficos não refletem a realidade daquilo que passou o estado do Amazonas e que a Assembleia Legislativa precisa urgentemente abrir a CPI da Pandemia. Que só no primeiro quadrimestre já havia sido gasto mais 100 milhões de reais só em função da Covid-19. Que, em comparação com outros estados em relação a recursos públicos, o problema do Amazonas não é falta de recursos e sim gestão. Que as tomadas de decisão tomaram a vida de milhões de amazonenses. Que as planilhas e gráficos não mostram o que realmente aconteceu, muito sofrimento e dor. Que estaria apresentando uma emenda parlamentar na Lei de Diretrizes Orçamentárias para que neste exercício seja implementada no polo do médio e alto Solimões da média e alta complexidade. Que seria irresponsável em apresentar uma expansão para todos os polos só em um ano, mas que deixaria a obrigatoriedade de que o estado implante em Tabatinga e Tefé em 2022. Que sua intenção seria sempre no sentido de contribuir para a melhoria da saúde da população do Amazonas. O deputado Nicolau então perguntou sobre a fila de procedimentos cirúrgicos, consultas e exames que foi negligenciada durante a pandemia. Se a secretaria teria informações sobre o impacto disso. Argumentou ainda sobre a taxa de letalidade por covid que no Amazonas é de 3,31 por 100 mil habitantes no total, de Manaus com 4,9 e do interior com 1,93. Que a expectativa para o interior seria de haver uma maior mortalidade por conta da falta de infraestrutura de UTI. Que já havia solicitado dados sobre letalidade hospitalar. Que a letalidade hospitalar seria superior a 50% e que isso seria assustador. Que tem certeza de que houve muita subnotificação, mas que gostaria de ter essa taxa de letalidade hospitalar. Solicitou ainda saber quantas vacinas foram recebidas, quantas foram distribuídas, quantas foram aplicadas e quantas ainda estão em estoque. E das que estão em estoque quantas estão com perspectiva de vencimento. O secretário em exercício Dr. Silvio Romano então informou que tais dados seriam levantados e encaminha posteriormente, assim como, os dados solicitados pelo deputado Wilker. Que gostariam de pelo menos uns 10 dias para encaminhar os dados. Que assumia esse compromisso com a Comissão de Saúde. O deputado Wilker ainda chamou atenção em relação aos 1.500 técnicos de enfermagem que estão sem vale refeição. O secretário Jani Kenta então falou que a taxa de letalidade do Hospital Delphina tem uma letalidade 1,73 ao contrário da rede privada que tem uma taxa de 1,8 de letalidade, sendo que a rede SUS seria de 2,69. O deputado Nicolau então solicitou tais dados da secretaria, onde a secretaria se prontificou a entregar juntamente com os outros dados. A secretária Nayara também falou que iria enviar por escrito os dados solicitados, mas que poderia adiantar que o Amazonas estaria ciente da situação daqueles pacientes principalmente dos crônicos que necessitam de atendimento e que a Secretaria estaria se preparando para enfrentar essa situação de sindemia. Que estariam se balizando pelos indicadores de saúde para traçar estratégias de ação não só para covid-19, mas para todas as doenças negligenciadas durante a pandemia. Para finalizar o secretário lembrou as demandas a serem entregues aos deputados, que seria sobre vale transporte e alimentação para os técnicos de enfermagem, relatório das empresas terceirizadas em atraso de pagamento, situação de repasses com recursos próprios para o interior, dados sobre as taxas de mortalidade, dados de doenças negligenciadas na pandemia. O deputado Wilker sugeriu que fossem enviadas cópias para seu gabinete e para a Comissão de Saúde. O deputado Nicolau falou ainda que gostaria dos dados das vacinas. O deputado Wilker ainda falou que gostaria de saber da FVS quais municípios foram atendidos pela logística de voos para distribuições das vacinas pelas aeronaves contratadas pela Secretaria. O secretário Silvio Romano acrescentou que a Secretaria de Saúde estaria aberta tanto para a Assembleia quanto a outros órgãos para responder sobre quaisquer informações. Que a secretaria estaria trabalhando para disponibilizar aos órgãos de controle o acesso aos sistemas que permitam acessar diretamente os dados. O deputado Wilker informou então que estaria apresentando uma emenda à LDO para que a execução das emendas seja informada para a sociedade no site da transparência pública do governo do estado. O deputado Ricardo Nicolau então parabenizou a SES pelo cumprimento da legislação, pela participação do deputado Wilker Barreto, parabenizou ainda a equipe técnica da Comissão de Saúde que mesmo na ausência da presidente organizou o evento e finalizou a audiência. Nada mais havendo a ser apreciada, a Presidente deu por encerrada a Audiência Pública e, eu CELSO SOUZA CABRAL, secretário, lavrei a presente Ata que será assinada pela Presidente da Comissão de Saúde e Previdência.



Deputado RICARDO NICOLAU
Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Previdência

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

APRESENTAÇÃO DO 2º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DETALHADO DA SAÚDE DE 2021

Aos dez (10) dias do mês de novembro de 2021, às 14h, por meio de plataforma virtual (<http://webzoom/>), na rede mundial de computadores, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, presentes os representantes da Comissão de Saúde e Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e da Secretaria Estadual de Saúde – SES/AM, conforme assinaturas constantes ao final desta Ata. Iniciada a Audiência Pública Virtual, a presidente da Comissão de Saúde e Previdência da Assembleia Legislativa do Estado, Deputada Estadual Dra. Mayara Pinheiro Reis (PP), registrou a presença dos deputados Delegado Péricles, Ricardo Nicolau e Wilker Barreto, dando por iniciada a audiência pública que teve como objetivo a apresentação do Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre da Saúde – RDQS pela Secretaria Estadual de Saúde – SES/AM. Com a palavra o Dr. Anoar Abdul Samad - Secretário Estadual de Saúde, que agradeceu e cumpriu a todos. Passou então a palavra para a senhora Radija Lopes - coordenadora de planejamento da SES/AM, que deu início à apresentação falando sobre a base legal que regula o relatório quadrimestral, demonstrou ainda a estrutura de apresentação. Iniciou o conteúdo falando sobre os recursos aplicados em saúde, apresentou gráfico comparativo da dotação inicial, compreendendo o período entre 2018 a 2021. Que a saúde representa o terceiro maior orçamento das taxas do governo. Que comparativo histórico, a dotação inicial atualizada com suplementação até agosto de 2021, houve um acréscimo de 15% em relação ao mesmo período de 2020. Apresentou quadro comparativo entre os quadrimestres de 2021, contendo a soma da dotação inicial e suplementar que é de R\$ 3.990.578.220,48, com detalhamento de despesa acumulado o primeiro e o segundo quadrimestre. Apresentou gráfico com as fases da despesa, demonstrando que foi liquidado até o segundo quadrimestre 61% do orçamento autorizado e que foi pago de Despesa de Exercícios Anteriores o valor de R\$ 172 Milhões no período. Apresentou quadro demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira por programa, com destaque para o Programa de Combate à Pandemia, que em 2020 ocupou 3,69 do orçamento e até o segundo quadrimestre de 2021 ocupa 9,30% da execução. Apresentou detalhamento da aplicação dos recursos por ação do PPA 2020-2023, considerando despesa liquidada, com destaque para ação 2003 que se refere à remuneração do pessoal ativo do estado que representou 36,7 % do total, perfazendo 899 Milhões e a ação 2250, sendo a ação com maior execução. Apresentou detalhamento de despesa da ação 2504, que se refere à Operacionalização das Unidades Assistenciais Administradas por Organizações Sociais que do total de R\$ 99.120.794,94 de despesas liquidadas, 90% diz respeito ao Hospital Delphina Aziz e 10% a UPA Campos Sales. Apresentou demonstrativo das Unidades Gestoras com Maior Execução de Recursos, onde 63% dos recursos foram utilizados pela UG SES/AM. Apresentou detalhamento das principais despesas da UG SES/AM, onde até o mês de agosto foi liquidado o valor de R\$ 1.550.625.406,73, sendo as principais despesas referente à folha de pagamento, auxílio alimentação, correspondendo a 46%. Apresentou gráfico referente à execução financeira por fonte, destacando que em 2021 houve um crescimento significativo na execução das despesas, principalmente de recursos que vieram através da fonte 322 e 422 relacionadas à pandemia da Covid-19. Apresentou demonstrativo dos recursos aplicados em saúde em cumprimento da LC141/2012, onde o Estado é obrigado a aplicar o mínimo de 12% de seus

recursos próprios em saúde. Neste momento, a Presidente da Comissão de Saúde, Deputada Mayara Pinheiro questiona o que impede a SES/AM homologar os serviços ofertados e aumentar o repasse do governo federal para as unidades do Estado, pois o que se vê hoje no país é que estados como Espírito Santo e Paraíba que são menores que o Amazonas tanto em população quanto em estrutura de saúde, mas que recebem maior recurso, havendo grande disparidade recursal entre os estados. A senhora Radija Lopes responde que são vários fatores, dentre elas a subnotificação no sistema de informação de saúde, pois para receber recursos é necessário ter os serviços habilitados pelo Ministério da Saúde e lançar as condições de serviço de forma adequada. Deputada Mayara Pinheiro questiona se esses fatores apontados são considerados pela SES como uma falha histórica, se consideram que esta é uma realidade que é necessária mudar. Em resposta, a senhora secretária executiva adjunta Nayara Maksoud diz que esta questão entrou como uma das principais ações da SES/AM para o ano de 2021, visto que trata-se de um problema histórico, principalmente pelo formato que o Estado do Amazonas é constituído, pois ao longo da história, 100% dos serviços de Alta Complexidade são concentrados na capital do Estado e que atualmente foi descentralizado, que a capital possui 90% dos serviços de média complexidade e grande parte dos 61 municípios ainda estão batalhando para que serviços sejam habilitados e para que a expansão da rede aconteça. Que estão trabalhando a regionalização, bem como a capacitação e qualificação de toda equipe estadual na organização de seus fluxos de faturamento, e auxiliando os municípios na expansão de serviços que levem à habilitação. Com a palavra, a Deputada Mayara Pinheiro lembra que em 2019 foi realizada uma audiência com a participação de 20 secretários do interior com o objetivo de buscar mecanismos para a melhoria do teto MAC. Que é sabido que a PPI não é discutida desde 2004, mas com a descentralização dos serviços de média e alta complexidade que está sendo realizada pela SES/AM, tornará possível a realização da melhoria e coloca a Comissão de Saúde à disposição para que se necessário convocar novamente os secretários de saúde para uma nova audiência pública. Nesse momento o Deputado Wilker Barreto faz observação quanto aos avanços da regionalização da saúde, que não tem visto a SE-AM apresentar alternativas para assumir despesas que pertencem ao Estado, mas que hoje são praticadas pelos Municípios. Que os Relatórios Quadrimestrais de Saúde apresentam que os leitos de urgência e emergência estão sempre no limite. Lembra que na LDO há emendas aprovadas que obrigam a criação da média e alta complexidade em Tabatinga e em Tefé e que o não cumprimento da LDO incorre em crime de responsabilidade. Que em suas viagens ao interior tem visto prefeitos investindo recursos em especialidades, mas que este recurso poderia está sendo investido na atenção básica da saúde e solicita que nas próximas reuniões sejam apresentados avanços quanto a este assunto. Com a palavra, o Secretário da Capital Jani Kenta informa que o Estado do Amazonas tem políticas que o Ministério da Saúde ainda não financia, a exemplo dos CRDQ, serviço este que é fixado judicialmente, mas que o Estado não recebe recursos para mantê-lo, bem como os SPAs que são absorvidos pelo Estado com custo de mais de 300 milhões de reais, visto que o Município de Manaus ainda não possui serviços de urgência que é uma obrigação municipal. Quanto ao teto MAC, informou que por mais que o Estado produza mais de 500 milhões por ano e 55 milhões por mês. Que o Ministério da Saúde só repassa o teto. Que quanto ao teto MAC não há isonomia entre os Estados, visto que dentre as 27 federações, o Amazonas, mesmo com o fator Amazônico, encontra-se na vigésima por causa da COVID-19 quando foram habilitados mais leitos de UTI e UCI. Continuando a apresentação, a senhora Radija Lopes dizendo que o gasto nas fontes 322 e 422 não entram no cálculo do percentual mínimo aplicado em saúde e que o percentual próprio aplicado em 2021, no primeiro quadrimestre foi de 13,99 no segundo quadrimestre foi de 16,58, representando R\$ 422.428.777,75. Sobre a Programação Anual em Saúde – PAS foram previstas 487 atividades para o exercício de 2021, das quais 120 foram parcialmente executadas, 187 executadas e não executadas, até o mês de agosto foram 150. Ressalta que durante a programação houve a segunda alça da COVID-19, o que

impactou na execução das ações programadas. Apresentou alguns resultados dos indicadores, dentre eles o de parto normal que para o ano de 2021 a meta era de 70% (setenta por cento), que até o momento não foi alcançada. Com relação aos óbitos maternos, a meta programada era de 68 (sessenta e oito) óbitos, mas com o impacto da pandemia o número de óbitos maternos chegou a 81(oitenta e um) Quanto à taxa de mortalidade infantil, o Estado tinha a meta de 12,5 óbitos pra cada mil nascidos vivos, mas no primeiro quadrimestre chegou a 16,23 e no segundo quadrimestre 14,2, sendo um indicador de alerta. Quanto ao percentual de gravidez na adolescência, a meta é de 22,8 %, sendo um indicador que está controlado, estando dentro da meta estipulada. Ainda dentro da linha de cuidado Materno/Infantil, Saúde da Mulher e da Criança, apresentou indicadores relacionados à mamografia, que também são indicadores de alerta para o Estado, visto que a meta é de 0,19 mas no primeiro quadrimestre atingiu 0,05 e no segundo quadrimestre atingiu 0,04. Quanto ao exame citopatológico, a meta é de 0,42 e o Estado teve o desempenho de 0,07 e 0,04 no primeiro e segundo quadrimestre, respectivamente, sendo este um indicador que está sendo acompanhado pela rede de saúde da mulher. Quanto ao indicador de AIDS em menor de 5 (cinco) anos de idade, a meta para 2021 é 04 (quatro) casos e até o fechamento do 2º relatório houve o registro de 02 (dois) casos em 2021. Quanto a casos de sífilis congênita em menores de 01 (um) ano de idade, a meta é não ultrapassar 400 (quatrocentos) casos, sendo que no primeiro quadrimestre foram registrados 101 casos e no segundo quadrimestre 136 casos. Dentro da Atenção Básica e Vigilância à Saúde, fez destaque aos casos de malária, onde a meta é de 52.200 casos, havendo registros de 13.880 casos no primeiro quadrimestre e 17.526 no segundo. Em relação ao tratamento de malária em tempo oportuno, a meta estabelecida foi de 70% dos casos, sendo que no primeiro quadrimestre o Estado atingiu 62,7% e no segundo 59,7. Radija Lopes lembrou que esses indicadores estão também relacionados ao desempenho dos municípios, uma vez que as ações de vigilância foram descentralizadas para os Municípios, os quais recebem acompanhamento e apoio do Estado. Apresentou o desempenho da Saúde Bucal, cuja meta é de 49% e o Estado manteve o percentual de 52% no primeiro e no segundo quadrimestre. Quanto ao percentual de cobertura populacional da Atenção Básica, a equipe da SES ainda está em fase de apuração devido um problema no site do Ministério da Saúde, sendo que a meta para 2021 é de 80%. Ao apresentar os dados sobre atendimentos na Rede Estadual, até o mês de Junho foram realizados mais de 20 milhões de atendimentos ambulatoriais de Média e Alta Complexidade, dos quais 64%, representando mais de 12 milhões foram feitos sobre a gestão estadual. Em relação às internações hospitalares, o estado registrou 102.082 internações, das quais 70% foram feitos sob a gestão do Estado. Com relação aos procedimentos de urgência e emergência o estado teve acima de 500 mil procedimentos ambulatoriais aprovados e 60.164 AIHS de urgência e emergência pagas. Na Atenção Especializada foram acima de 12 milhões de procedimentos ambulatoriais aprovados e 71.131 procedimentos hospitalares, os quais estão principalmente relacionados a procedimentos de qualidade e diagnóstico. Os procedimentos clínicos representaram 71% da execução de serviços. Em relação ao número de parto, foram realizados 48.328, dos quais 59,45 foram partos normais, 40,55 foram partos cesáreos e 40,2% foram realizados nas maternidades da capital. Ainda sobre os atendimentos na Rede Estadual de Saúde, foram realizados 1.613 remoções em UTI Aérea de pacientes do interior. Foram atendidos 2.256 pacientes para Tratamento Fora Domicílio e emitidas 3.942 ajudas de custo. Com relação ao serviço de Telessaúde e Telemedicina, foram laudados 18.033 exames, através da Central de Telemedicina da UEA em parceria com o Estado. Quanto a Força de Trabalho apresentou quadro demonstrativo com total global de cerca de 26 mil servidores. Falou que houve uma variação entre os meses de abril e agosto de 2021, quando ocorreu uma redução no número de cargos. Apresentou a composição da rede assistencial do estado que possui 58 unidades sob gestão estadual na capital e que, no interior o estado possui 67 unidades hospitalares, das quais 61 estão sendo administradas e geridas pelos Municípios os quais recebem recurso do Teto MAC

diretamente do governo federal desde o ano de 2018. Neste momento o Deputado Wilker Barreto ressalta que o valor do repasse é insuficiente pra a manutenção das unidades de saúde do interior e que quando se compromete dois a três milhões de reais de uma prefeitura, causa um impacto gigantesco na capacidade de investimento dessas cidades. Que se as prefeituras que assumem essas responsabilidades fossem questionadas, seria unanimidade a devolução desses serviços para o Estado. Que isso é uma problemática que a SES precisa enfrentar e demonstrar nos relatórios. Em resposta ao Deputado Wilker Barreto, a senhora Radija Lopes informa que na verdade o SUS subfinancia esses serviços, principalmente nos estados do Norte, onde o curso operacional é imenso, pois o valor repassado não chega a cobrir 20% do orçamento da saúde do Estado. Que o Estado repassou esse financiamento para os municípios, mas tem mantido algumas despesas de apoio dentro dos hospitais, inclusive despesas com pessoal, medicamentos e alguns insumos. Neste momento a Deputada Dra. Mayara Pinheiro faz a observação de que foi feita uma reunião com as cooperativas médicas, onde no primeiro momento ficou definido fazer toda uma força tarefa para zerar as filas da capital e atender os pacientes que viesse do interior para fazer cirurgias na capital e que em seguida seriam feitos mutirões no interior com atenção especial para os médicos de ação básica, tais como pediatras, obstetras, ginecologistas e principalmente anestesiológicos. Que acredita que em breve esses mutirões serão realidade no interior do Estado. O Deputado Wilker Barreto pontua que falta a implementação de uma política de estado para a saúde, visto que o Relatório Quadrimestral aponta que as doenças que mais matam são as do aparelho circulatório e não há avanços no hospital Francisca Mendes. Que hoje ocorre nos hospitais a não disponibilidade de leitos de UTI enquanto há uma unidade que atende o aparelho circulatório, mas que não recebe investimentos necessários para dar a vazante de leitos nesses hospitais. Que o Relatório Quadrimestral aponta que noventa e seis por cento dos atendimentos são em caráter de urgência e emergência. Que está acontecendo um colapso de leitos por conta do não investimento e prioridade de recursos para aquilo que é o problema. Questiona da SES se no próximo relatório irão atender os gargalos que estão sendo vistos agora. Que quanto ao repasse de valores da saúde, não dá PR comparar a capacidade de recursos de uma prefeitura para com um Estado superavitário financeiramente como o Amazonas. Que o estado que passou 500 milhões para a prefeitura de Manaus poderia estar investindo nos gargalos da saúde vistos no Relatório. Que no Relatório aponta que a SES/AM está com dificuldades financeiras, enquanto o governo está gastando desnecessariamente com adesões em torno de R\$ 200 milhões em contratos não publicados no Diário Oficial. Que é necessário dar prioridade para desonerar os municípios mais pobres, pois o apoio dado aos municípios é insuficiente. Neste momento, o Secretário Estadual de Saúde, Dr. Anoar Samad comenta que há 30 anos tem acompanhado a discussão da descentralização da saúde. Que foi nomeado 28 de junho de 2021 e em sua gestão a SES/AM conseguiu pela primeira vez implantar leitos de UTI no interior do Estado. Que todo o RH do hospital de Parintins é pago pelo Estado, que também montou as UTIs. Que a descentralização da saúde tem que ser o foco da SES/AM, pois se não houver o fortalecimento da saúde no interior não será possível criar segurança para as pessoas se fixarem no interior. Que é fato que isso não se muda facilmente, mas estão se esforçando para que a descentralização da saúde aconteça. Quanto ao Hospital Francisca Mendes, diz que é de conhecimento de todos que o hospital enfrenta dificuldades. Que o mesmo estava sob a gestão da UNISOL e agora está sob a gestão do Estado, com a possibilidade de entrar na LOA. Que com a criação de cargos e organização administrativa para que se torne em Fundação serão melhorados os resultados. Pede ajuda dos deputados para que no próximo ano sejam realizadas audiências com os setores de segurança e transporte com o objetivo de diminuir os números de internações resultantes de acidente e de violência que hoje soma 70% dos atendimentos da rede estadual de saúde. Quanto às cirurgias eletivas diz que a reativação dessas cirurgias está sendo discutida em âmbito nacional. Que o Estado precisa de um financiamento maior para a reativação dessas cirurgias. Que conseguiram

contratar 1.300 cirurgias eletivas a mais. Que estão com projetos de cirurgia de cataratas, todas no interior, inclusive com emenda parlamentar. Que quanto às dificuldades apontadas, aceita as sugestões dos deputados e se coloca a disposição para recebê-los na SES-AM. Com a palavra, o Deputado Wilker Barreto diz que juntamente com a Deputada Mayara concorda que o Francisca Mendes precisa virar uma Fundação para que tenha autonomia financeira. Que neste momento é importante uma intervenção no Hospital Francisca Mendes, pois está tendo um represamento nas unidades de urgência e emergência por falta de procedimentos. Que não consta no 2º RQDS o percentual de contratos indenizatórios frutos de relatório de CPIs da ALEAM. Que os órgãos de controle não podem ficar sem chamar atenção da SES-AM para que enfrente os contratos indenizatórios. O Secretário de Saúde Anoar Samad diz que já foi acionado quanto aos indenizatórios pelos órgãos de controle e que possui prazo a cumprir. Que já reduziu em 32% e que possuem o objetivo de zerar os contratos indenizatórios até 31 de dezembro de 2021. Que quanto ao Hospital Francisca Mendes, houve troca de gestão recente. Que a SES está empenhada em resolver a problemática de OPME e manutenção de equipamentos. A senhora Radija Lopes dá continuidade à apresentação do 2º RQDS apresenta o comparativo entre os anos de 2018 a 2021 da oferta de leitos pela Rede Estadual de Saúde, com um aumento de 87% de leitos de UTI em geral e 65% a mais para a rede do Estado, considerando o comparativo com 2018. Quanto à proporção de leitos por habitantes, o Estado do Amazonas tem uma proporção de 1,42 leitos para casa 1.000 (mil) habitantes e quanto a leitos SUS, a proporção é de 1,22 leitos por habitantes. Que o déficit de leitos no Estado é fato, fazendo-se necessária a ampliação. Em relação aos leitos complementares de UTI, apresentou comparativo entre 2020 e 2021, havendo um aumento no quantitativo de leitos, que em 2020 era de 1.238 e que atualmente é de 1.576. Que leitos SUS o quantitativo em 2021 era de 757 e em 2021 passou a para 1.165 leitos. Lembrou da implantação das UCIs no interior que a implantação se deu em virtude da COVID-19. Apresentou destaques do Programa Saúde Amazonas que é uma agenda estratégica do Governo, que quanto à valorização e desenvolvimento do servidor, foi implantado 60 núcleos de educação permanente e de humanização, considerando capital e interior. Houve também reforma de CAIC Ana Maria dos Santos, na Zona Leste. O início da construção do primeiro hemonúcleo de Tabatinga. Reforma do CER III na Policlínica Codajás. Inauguração do novo Centro Cirúrgico do Hospital Infantil Dr. Fajardo. Substituição do equipamento de Ecocardiograma do Hospital Francisca Mendes. Ampliação o projeto de teleconsultas no interior do Amazonas realizado em parceria com o Hospital Albert Einstein, que soma 25 municípios beneficiados com a implantação do projeto. Ainda sobre o Programa Saúde Amazonas, no Projeto Saúde nas Calhas, foi firmado Convênios com o Hospital de Guarnição de Tabatinga e de São Gabriel da Cachoeira e um repasse fundo a fundo para o Hospital Jofre Cohen em Parintins. Foram também repassado recursos federais para 47 municípios do interior para fortalecer as ações de rastreamento, detecção precoce e controle de câncer. Entrega de um tomógrafo para o município de Parintins. Também foram realizadas diversas ações emergenciais de socorro às vítimas de enchente, com oferta de assistência em saúde aos municípios de Anamá e Careiro da Várzea. Relacionado às atividades de auditoria, houve um total de 85 atividades, sendo análises, pareceres e consultas técnicas e 04 auditorias realizadas no período. Como informações complementares, apresentou ações desenvolvidas no quadrimestre voltadas a pandemia de coronavírus, destacando que no período de março de 2020 a agosto de 2021, o Amazonas registrou 423.701 casos de Covid19. Que a maior média diária de casos foi registrada em janeiro de 2021 devido a variante P1, mas que a partir de fevereiro já iniciou a redução do número de casos. Que a partir de junho nota-se uma queda na taxa de incidência da doença em decorrência da vacinação, que no segundo quadrimestre somou mais de três milhões de doses administradas, até agosto de 2021. Ainda falando sobre vacinação, pontuou que o Estado em parceria com os municípios realizou 15 edições do Mutirão "Vacina Amazonas". Quanto às ações e enfrentamento ao COVID-19, destacou que o

Amazonas alcançou terceiro lugar em índice que avalia a transparência de dados sobre COVID-19, firmando-se como o mais transparente da região Norte. Em relação às despesas e receitas da COVID-19, destacou os repasses federais no total de R\$ 90.048.418,37 relacionados a custeio e investimentos. Em seguida apresentou a execução das Emendas Parlamentares Estaduais, que do total de 212, foram atendidas 204, somando o valor de R\$ 61,7 Milhões, destacando que 53 municípios foram beneficiados e já tiveram suas emendas pagas. Posteriormente apresentou a distribuição dos recursos do FTI por região de saúde, com valor de R\$ 267.850.000,00 transferidos aos fundos municipais de saúde no período correspondente a 2019 até o presente momento, avançando para a quinta parcela, encerrando assim a apresentação do 2º Relatório Quadrimestral de Saúde. Neste momento, a Deputada Mayara Pinheiro. Com a palavra, a Deputada Mayara parabenizou a atuação da SES na atual gestão. Colocou-se a disposição e finalizou a audiência. Nada mais havendo a ser apreciada, a Presidente deu por encerrada a Audiência Pública e, eu CELSO SOUZA CABRAL, secretário, lavrei a presente Ata que será assinada pela Presidente da Comissão de Saúde e Previdência.

Deputada Dra. MAYARA PINHEIRO REIS
Presidente da Comissão de Saúde e Previdência

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

APRESENTAÇÃO DO 3º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DETALHADO DA SAÚDE DE 2021 E DO 1º RQDS/2022

Aos 20 (vinte) dias do mês de junho de 2022, às 08h30min, por meio de plataforma virtual (<https://www.youtube.com/watch?v=fPZZsxkoX6k>), na rede mundial de computadores, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, presentes os representantes da Comissão de Saúde e Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e da Secretaria Estadual de Saúde – SES/AM, conforme assinaturas constantes ao final desta Ata. Iniciada a Audiência Pública Virtual, a presidente da Comissão da Saúde e Previdência da Assembleia Legislativa do Estado, Deputada Estadual Dra. Mayara Pinheiro Reis (REPUBLICANOS), registrou a presença dos Deputados Dr. Gomes, e Delegado Péricles, dando por iniciada a audiência pública que teve como objetivo a apresentação do 3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior da Saúde – RDQA/2021 e 1º RQDA/2022 pela Secretaria de Estado de Saúde – SES/AM. Com a palavra o Dr. Anoar Abdul Samad - Secretário de Estado de Saúde do Amazonas, que agradeceu e cumprimentou a todos. Apresentou sua equipe: Louise Assessora Jurídica/ASJUR, Enfermeiro Nilton, representante do DABE/SES, e passou então a palavra para a senhora Radija Lopes - Coordenadora de Planejamento da SES/AM, que deu início à apresentação falando sobre a base legal que regula o relatório quadrimestral, demonstrou ainda a estrutura de apresentação. Com a palavra a Deputada Mayara registrou a participação do Dep. Dermilson Chagas. Com a palavra a Sra. Radija, iniciou o conteúdo falando sobre os recursos aplicados em saúde, apresentou gráfico comparativo da dotação inicial, compreendendo o período entre 2018 a 2022. Que o comparativo histórico da dotação inicial teve um acréscimo de 7,28% em relação a 2021, somando R\$ 2.872.703.000,00. Que o orçamento do total do governo destinado à saúde perfaz 12%. Apresentou gráfico com o demonstrativo dos primeiros quadrimestres de 2019, 2020, 2021 e 2022. O comparativo entre os quadrimestres de 2021 da execução orçamentária financeira, sendo para o primeiro quadrimestre/2021 o valor pago de R\$ 973.292.329,87, e para o mesmo período em 2022 o valor de R\$ 989.092.502,17. Apresentou detalhamento das principais despesas da SES/AM, onde em 2021 do total de recursos aplicados

na saúde, 65% corresponde a folha de pagamento e no 1º quadrimestre/2022 esse percentual é de 72%. Apresentou quadro demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira por Programa; o Programa Saúde em Rede, em 2021 ocupou 46,77% do orçamento e até o primeiro quadrimestre de 2022 o programa de Apoio Administrativo ocupa 9,30% da execução. Há destaque dos recursos aplicados ao combate da pandemia de COVID-19, que passou de 8,6% em 2021 para 4,6% no 1º quadrimestre/2022. Apresentou quadro com principais aplicações de recursos de saúde do Amazonas, por ação do PPA 2020-2023, despesas líquidas até 2021 e 1º quadrimestre/2021, onde a ação Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Encargos Sociais lista em primeiro nos dois demonstrativos, com 34% em 2021 e 41,4% em 2022. Apresentou detalhamento da aplicação dos recursos por ação do PPA 2020-2023, considerando despesa liquidada, com destaque para ação 2003 que se refere à remuneração do pessoal ativo do estado que representou 36,7 % do total, perfazendo 899 Milhões e a ação 2250, sendo a ação com maior execução. Detalhamento de despesa da ação Operacionalização das Unidades Assistenciais Administradas por Organizações Sociais que do total de R\$ 166.628.031,47 de despesas liquidadas, 89% diz respeito ao Hospital Delphina Aziz e 11% a UPA Campos Sales, em 2021, e R\$ 55.752.031,94, em 2022, respectivamente, 86% e 41%. Apresentou demonstrativo das Unidades Gestoras com Maior Execução de Recursos, onde 64% dos recursos foram utilizados pela UG SES/AM, em 2021, e em 2022, 68%. Apresentou gráfico referente à execução financeira por fonte, destacando que em 2021, 73,23% foram com recursos de fonte estaduais e em 2022 90,6% do Tesouro estadual. Apresentou demonstrativo dos recursos aplicados em saúde em cumprimento da LC141/2012, onde o Estado é obrigado a aplicar o mínimo de 12% de seus recursos próprios em saúde, aplicando 18,57% em 2021 e 17,86% em 2022/1º quadrimestre. Sobre a Programação Anual em Saúde – PAS foram previstas 457 atividades para o exercício de 2021, sendo 238 executadas, correspondendo a 52,08%, 97 parcialmente realizadas e 126 não realizadas. Ressalta a pandemia de COVID-19 impactou na execução das atividades. Para 2022 foram programadas 568 atividades e até o primeiro quadrimestre foram realizadas 150, 26,41%. Apresentou alguns resultados dos indicadores para 2021: dentre eles, o de parto normal que cuja meta era de 70% (setenta por cento), e que teve como resultado 63,3%, não alcançada. Com relação aos óbitos maternos, a meta programada era de 68 (sessenta e oito) óbitos, resultado alcançado 110, impactado pelos óbitos de COVID. Quanto à taxa de mortalidade infantil, o Estado tinha a meta de 12,5 óbitos pra cada mil nascidos vivos, o resultado chegou a 14,6, não atingido. Quanto ao percentual de gravidez na adolescência, a meta é de 22,8 %, resultado 22,5%, indicador alcançado. Apresentou indicadores relacionados à mamografia, que a meta é de razão 0,19, que atingiu 0,14. Quanto ao exame citopatológico, a meta é de 0,42 e o Estado teve o desempenho de 0,35. Quanto ao indicador de AIDS em menor de 5 (cinco) anos de idade, a meta para 2021 é 04 e registrou de 03 (três) casos em 2021. Quanto a casos de sífilis congênita em menores de 01 (um) ano de idade, a meta é não ultrapassar 400 (quatrocentos) casos, sendo que atingiu 376 casos. O quadro para os mesmos indicadores, referentes a 2022, apresenta óbitos maternos, taxa de mortalidade infantil, gravidez na adolescência, AIDS em menor de 5 anos, sífilis em menor de um ano e cobertura de atenção primária a saúde das equipes tiveram desempenho esperado para o período, com metas atingidas no primeiro quadrimestre. Informou em slide que os municípios do Amazonas são destaque na avaliação do Programa Previne Brasil do Ministério da Saúde, e que Manaus alcançou o primeiro lugar em desempenho entre as Capitais; 25 municípios receberam notas acima de 7; 15 acima de 8; capacitação de 58 municípios na Atenção Primária em Saúde. Ao apresentar os dados sobre atendimentos na Rede Estadual, em 2021 foram realizados mais de 39 milhões de atendimentos ambulatoriais de Média e Alta Complexidade, dos quais 67%, representando mais de 26 milhões foram executados pela a gestão estadual. No primeiro quadrimestre de 2022, foram mais de 14 milhões, sendo 68% realizados pela gestão estadual. Em relação às internações hospitalares, em 2021, o Estado registrou 211.514 internações, das quais 65,5% foram executados pela gestão

estadual. No primeiro quadrimestre de 2022 foram 62.935 internações sendo 68% executados pela gestão estadual. Apresentou também as informações sobre o quantitativo de partos realizados no Amazonas. Em relação ao quantitativo de partos houve prevalência de, em média, 60% de partos normais para os dois períodos. Sobre os atendimentos na Rede Estadual de Saúde, foram realizados 2.370 remoções em UTI Aérea de pacientes do interior em 2021 e 825 em 2022. Foram atendidos 3.838 pacientes para Tratamento Fora Domicílio em 2021 e 1.437 em 2022. Com relação ao serviço de Telessaúde e Telemedicina, foram laudados 27.000 exames de pacientes do interior, através da Central de Telemedicina da UEA em parceria com o Estado, e 9.188 em 2022. Quanto a Força de Trabalho, apresentou quadro demonstrativo com total de 26.052 cargos na saúde em 2021 e 26.270 em 2022, primeiro quadrimestre. Apresentou a composição da rede assistencial do Estado que possui 58 unidades, sob a gestão estadual na capital; no interior possui 66 estabelecimentos assistenciais de saúde, sendo 61 de gerência municipal. Apresentou informação sobre a oferta de leitos (SUS e não SUS) no Amazonas; 9.457 leitos existentes, sendo 56%, sob gestão estadual em 2021, e 9.260 leitos no primeiro quadrimestre de 2022, sendo 57,6% sob gestão estadual; os leitos de UTI sob gestão estadual passaram de 1.026, em 2021, para 967, em 2022. Em relação aos leitos complementares, em 2021 havia 1.055 leitos SUS, passando para 950 em 2022. Relacionado às atividades de auditoria, houve um total de 148 atividades realizadas em instituições públicas e privadas, em 2021 e no primeiro quadrimestre de 2022 há o registro de 54 atividades realizadas na rede pública. Apresentou informações complementares sobre a pandemia de coronavírus com detalhamento de ações executadas e panorama epidemiológico em 2021, que iniciou dezembro em fase amarela e letalidade de 3,19%. Demonstrou o comparativo de incidência, letalidade e mortalidade entre o Amazonas e demais Estados da União. Apresentou informações sobre recebimento, distribuição e aplicação de vacinas contra COVID para o Amazonas, que finalizou dezembro/2021 com aplicação de 5.432.190 doses. O panorama epidemiológico da pandemia no primeiro quadrimestre de 2022 finalizou o período em fase verde e com taxa de letalidade de 2,43%; o total de doses aplicadas foi 7.226.535. Dentre as ações executadas, apresentou os canais de transparência que podem ser consultadas por qualquer cidadão; receita e despesas de recursos aplicados no enfrentamento à pandemia em 2021 e primeiro quadrimestre/2022. Sobre Emendas Parlamentares Estaduais, foram 227 atendidas, num total de 65 milhões destinados à saúde em 2021, beneficiando 53 municípios. Em relação ao primeiro quadrimestre/2022, foram 246 EP atendidas, totalizando 72,1 milhões de reais. Sobre o Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas – FTI, apresentou série histórica de 2019 a 2021; os recursos destinados ao custeio e investimento da saúde dos 61 municípios do interior do Amazonas, perfazem um montante de R\$ 160.050.000,00 em 2021. A Sra. Radija continuou dando destaque às ações de saúde em 2021: Consulta+, Examina+, Opera+, Vacina Amazonas e UTI no Interior; o Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz passou a ofertar, a partir de outubro/2021, 1.295 cirurgias eletivas a mais por mês; intensificação de atendimentos diminuiu a demanda reprimida devido à pandemia com ampliação de cirurgias no Hospital Infantil Dr. Fajardo, Hospital Adriano Jorge, Maternidade Dona Nazira Daou; ampliação da capacidade de execução de exames e fisioterapia no Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, que também passou a ofertar consultas a mais em especialidades e ambulatório cirúrgico; o Programa Vacina Amazonas realizou, com o apoio de 22 órgãos estaduais, 23 mutirões de vacinação na capital e interior, foram aplicadas 102 mil doses de vacinas contra COVID nos shoppings em Manaus, e a Carreta Vacina Amazonas que de forma itinerante levou a vacina a diversos pontos na capital; também destacou a instalação de 11 leitos de UTI no Hospital Jofre Cohen, em Parintins, através do Programa Saúde Amazonas. Outros destaques foram o recebimento de novos equipamentos e o aumento no quantitativo de leitos nas 07 maternidades do Estado; o Projeto Respirar teve mais de 37,5 mil atendimentos de reabilitação cardiopulmonar e física ofertadas a pessoas acometidas de sequelas da COVID.

Os destaques de 2022 são o Projeto Criança Amazonas, com a revitalização dos CAICs e ampliação do atendimento do público-alvo para até 17 anos; novas especialidades acrescentadas aos serviços das unidades. O Programa Saúde da Mulher definiu 2 unidades de referência para o atendimento de tratamento do câncer do colo de útero e mama, Policlínica Gilberto Mestrinho e Hospital Delphina Aziz, ampliando os serviços; Redução de Filas - o governo estadual, através do Programa Saúde Amazonas, lançou o aplicativo que permite acompanhar o agendamento de consultas e procedimento no SISREG. Assim a Sra. Radija Lopes conclui a apresentação das informações do RQDS/2021 e de 1º RQDS/2022. Neste momento, a Presidente da Comissão de Saúde, Deputada Mayara Pinheiro inicia os questionamentos indagando sobre o Projeto Ver e Tratar (câncer de colo de útero) cuja meta de execução de exame “Papanicolau” também não foi alcançada em 2021; se o problema continua sendo os exames do interior do Estado que chegam à capital com reagente vencido, já que a validade do reagente é de 3 meses e às vezes leva 6 meses para chegar o resultado. Outro questionamento feito pela Deputada Mayara foi sobre a falta de planejamento de aumento de leitos por parte da SES, e pede que sejam enviados à Comissão de Saúde/ALEAM o referido planejamento quanto ao aumento de leitos de Retaguarda e de Urgência e Emergência (aumento de leitos clínicos e de UTI); comentou sobre a falta de um programa de Ouvidoria efetiva na SES; sobre os contratos terceirizados de manutenção de equipamentos para que estes não sejam paralisados por problemas de funcionamento; sobre as empresas terceirizadas de enfermagem que foi pauta no início de 2019 cujo pagamento estava em atraso de 3 meses, que na época foram dadas sugestões para correção dos problemas onde a empresa possa arcar com as questões trabalhistas de seu RH. Citou que as emendas parlamentares de seu gabinete estão à disposição do Hospital Francisca Mendes, e que para tal pediu à atual diretora do hospital um planejamento para realização de mutirão de cirurgias cardíacas no Amazonas para zerar a fila de 365 pessoas precisando de ponte de safena, revascularização do miocárdio. A senhora Sandra da área técnica da Saúde da Mulher/DABE/SES responde que a queda drástica dos exames citopatológicos se deve a pandemia de COVID; o técnico Adalberto informa que houve uma ampliação no quantitativo de Laboratórios (06 contratados) para que os municípios conseguissem enviar à Capital as lâminas para que fossem laudadas, mas que alguns municípios têm dificuldades, que os sistemas precisam ser alimentados; Enfermeira Mônica informa que os resultados dos exames estão sendo entregues ao interior, com prazo máximo de 45 dias, que houve uma revisão na linha de cuidados entre municípios, rede de crônicos e laboratório para melhorar e agilizar a entregas dos resultados dos exames de Papanicolau, a partir do Outubro Rosa/2021; sobre o Ver e Tratar e conização no interior, a enf. Mônica informou que estão reativando o Centro Qualificador de Ginecologia, que é regido por portaria (com foco no câncer uterino - lesões precursoras, biópsia, conização, EZT tipo 1 e 2), que irá especializar os profissionais que estão no município, junto com a equipe do Ambulatório Araújo Lima/UFAM, Dra. Ione e Dra. Cintia, cuja primeira turma já está selecionada, com aulas em modalidade gravada, ao vivo, e aulas práticas em Manaus, beneficiando inicialmente 09 municípios. Com a palavra o Deputado Delegado Péricles, também questiona sobre o não alcance das metas de exames Papanicolau, e que destinou Emenda Parlamentar para realização de mutirões de exames nos municípios polo e que a retirou, pois SES e FCECON não podiam assumir a atividade; também cobrou o Plano de Ação, com a data do início da programação e treinamento, referente ao Centro Qualificador, que irá especializar os profissionais nos municípios. A Dep. Mayara pergunta sobre as Ouvidorias e o Secretário Jani Kenta responde que tem uma meta a cumprir, e que o Dr. Victor, do Controle Interno, é o responsável pela implementação das Ouvidorias na capital e no interior do Amazonas; citou os insumos/medicamentos que estão em falta no Brasil, e que o Amazonas está superando esse problema através de compras internacionais, licitações; sobre os Raios-x informa que estão substituindo os analógicos pelos digitais e que encaminhará o Plano de expansão e substituição com cronograma de transição dos equipamentos analógicos para

digitais à Comissão de Saúde e Previdência; e também faz uma explanação sobre a situação dos leitos no Amazonas e comunica que encaminhará à ALEAM uma prospecção sobre a informação. Com a palavra o Deputado Wilker Barreto pergunta se existem contratos vigentes para o serviço de Raios-x; Jani Kenta responde que não existem, que cada unidade de saúde é responsável pela manutenção de seus equipamentos, mas que há processos de licitação em andamento para contratar empresa que irá realizar a manutenção dos equipamentos digitais. O Dep. Wilker cita Itacoatiara que está em tomógrafo e o Sec. Jani explica que o município possuía um equipamento da Siemens que nunca foi instalado e que ficou obsoleto; também relata que processos seletivos e concursos públicos sanarão o déficit de profissionais na rede pública de saúde. O Secretário de Saúde, Anoar Samad, pede a palavra e informa que irá se ausentar da reunião por motivos de saúde, mas que deixa toda equipe da SES à disposição para esclarecimento. Dep. Delegado Pérciles retoma a palavra e informa que não observou uma apresentação esmiuçada e detalhada no RQDS referente aos gastos com a saúde, citou como exemplos o gasto com pagamentos indenizatórios, o que é pago e o que é oferecido pelos contratados da ortopedia, remoções de pacientes com origem e destino, sugerindo um aditivo ao relatório RQDS contendo essas informações. O Dep. Wilker sugere que o material apresentado na audiência a (slides) seja encaminhado à Comissão com antecedência para facilitar o acompanhamento dos participantes. O Dep. Delegado Pérciles questiona sobre a fila do SISREG que poderia ser reduzida casos os recursos do Hospital Delphina Aziz fossem melhor utilizados; sobre o Hospital Adriano Jorge cita que muito se deixa de realizar por conta da falta de OPM para os procedimentos de ortopedia e sugere que a contratação de uma empresa para fornecer os materiais solucionaria parte dos problemas. O Sec. Jani responde que os serviços de ortopedia são pagos na modalidade plantão, que trabalham com a meta indenização zero, e que encaminhará à Comissão a relação de processos em andamento para sanar os chamados indenizatórios. O Dep. Pérciles corrige dizendo que a informação a solicitação seria que está sendo pago em relação aos indenizatórios. O Sec. Jani informa que encaminhará a informação à Comissão. O Dep. Wilker questiona sobre um documento emitido pela SES (após CPI da saúde que pede indiciamento de algumas empresas) que determina “dia e hora para começar a desmamar os contratos indenizatórios”, que a SES desconsiderou o encaminhamento do poder legislativo e que empresas denunciadas “continuam e avançaram em outros contratos” citando como exemplo a empresa Líder que apenas mudou de nome. Em resposta o Sec. Jani diz que vai apurar as informações e que estão implementando as recomendações da Procuradoria Geral do Amazonas, sobre as remoções aéreas cita o SISTER como instrumento de controle e que é financiado exclusivamente pelo Estado. O Dep. Pérciles faz uma correção falando sobre a necessidade de detalhar nos RQDS as informações sobre remoções e outras para facilitar a fiscalização e o Sec. Jani informa que será providenciado; cita o alto índice de absenteísmo dos procedimentos agendados no SISREG e que irá encaminhar à Comissão as estratégias que estão sendo adotadas para diminuir as filas de espera o absenteísmo de pacientes, que sobre a falta de OPM diz que há um plano desde 2021 para a diminuição das filas, e que estão investido no Hospital Adriano Jorge e Francisca Mendes. O Dep. Dermilson se manifesta dizendo que a Presidente da Comissão não está obtendo resposta das indagações feitas em audiências anteriores, que a Comissão não está podendo entrar em hospitais para exercer seu papel fiscalizador, gostaria de saber o que diz os relatórios de auditoria citados na apresentação do RQDS, cobra o relatório do SISREG (cirurgias, consultas, exames), indaga quais empresas estão realizando os mutirões de cirurgia de próstata e quanto estão ganhando. A Dep. Mayara relata o projeto de lei de sua autoria que determina a transparência da fila do SISREG não está sendo cumprido. O Sec. Jani diz que vão filtrar todas as demandas e questionamentos não respondidos e encaminhará as respostas à Comissão de Saúde. Dep. Wilker solicita ao Sec. Jani que sejam entregues no prazo de 15 dias a relação de todos os processos de todas as empresas denunciadas pela ALEAM para verificar quem deu anuência para contratar em caráter indenizatório

empresas denunciadas pela Assembleia, indaga se o Secretário tem conhecimento do documento que foi encaminhado pela Presidente Mayara para a SES, sobre os critérios de fiscalização das unidades de saúde, pois está tendo dificuldade para fiscalizar aparelhos públicos de saúde. O Sec. Jani responde que a SES considera a Comissão de Saúde de extrema importância e que a mesma é recebida na área administrativa das unidades de saúde. O Dep. Dr. Gomes se pronuncia comunicando a saída da Dep. Mayara para resolver uma questão urgente e que a partir de então está conduzindo a audiência. A Dep. Mayara confirma sua necessidade de se ausentar momentaneamente. O Dep. Wilker questiona sobre o atraso do pagamento dos enfermeiros terceirizados. O Sec. Jani responde que os pagamentos estão em dia e que o pagamento dos indenizatórios depende de parecer jurídico. (Neste momento, transcorridos 2:23:47, a transmissão da Audiência Pública é interrompida para exibição da Sessão Especial para entrega de Medalha Ruy Araújo. Através da ferramenta ZOOM foram resgatados 32min37seg restantes da apresentação.) Continuando, o Sec. Jani informa que em 2023 haverá com processo seletivo e concurso público para suprir as demandas de recursos humanos na saúde, que atualmente tem 6.442 em contrato temporário. O Dep. Wilker diz que encaminhará ao grupo da CSP a resposta oficial da SES sobre contratos em saúde e que relata ser questão orçamentária; pede que o quantitativo de profissionais em contrato temporário seja atualizada e comunicada da CSP; sobre o RQDS, questiona sobre o quantitativo de procedimentos cardiológicos no Hospital Francisca Mendes que está zerado e que o número de OPME foi elevado; indaga a falta de informações dos três primeiros meses de 2022 referentes ao Hospital Francisca Mendes. O Sec. Jani responde que a falta de informação se deve ao reprocessamento de informações no Ministério da Saúde. O Dep. Wilker questiona a evolução de procedimentos cardiológicos, no Hospital Francisca Mendes, que não estão registrados no RQDS. O Dep. Dr. Gomes justifica que um relatório com a dimensão de informações que apresenta o RQDS poderá ter um pequeno erro de informação e que o Sec. Jani se compromete em enviar a CSP as informações completas e corrigidas. O Dep. Wilker informa que obteve do Ministério Público o direito de retomar as inspeções no Hospital Francisca Mendes, e que o fará. O Dep. Dr. Gomes pede que as visitas de inspeções sejam realizadas por mais de um membro da CSP para que haja maior representatividade. O Dep. Wilker relata que esteve no Hospital Delphina Aziz e questiona porque só há uma glosa desde 2020, de um contrato de 16 milhões de reais, e pede que a comissão fiscalizadora desse referido contrato encaminhe o último trimestre de fiscalização e “atesto” de pagamentos, e que já há ofício solicitando tal demanda. Sec. Jani responde que órgão de controle, Ministério da Saúde, e inclusive a OMS, constatam a eficiência do Hospital Delphina Aziz no período, e que devido à pandemia de COVID não haveria cobrança de cumprimento de metas. O Dep. Wilker retoma perguntando se em 2022 houve algum repasse de FTI aos municípios do interior do Amazonas. Sec. Jani responde que em 2022 ainda não houve nenhum repasse. O Dep. Wilker indaga sobre o fechamento do Hospital Eduardo Ribeiro, se foi uma medida certa a ser tomada e pede que seja encaminhada a CSP o Plano estratégico para lidar com esta questão; encerra sua fala com as considerações finais solicitando que todos os itens e questionamentos realizados sejam respondidos de forma célere. O Dep. Dr. Gomes diz estarem esgotados os assuntos e debates sobre o RQDS e sobre a saúde, e pede que o Sec. Jani responda ao questionamento sobre o Hospital Eduardo Ribeiro. Este responde que em relação à saúde mental a SES está viabilizando um reestruturação do atendimento; atendimento de urgência e emergência continua no “Eduardo Ribeiro”, porém será inaugurada uma nova unidade de acolhimento para os pacientes, e qualificarão outras unidades em cada Distrito para o atendimento com psicofármacos; o serviço de referência será migrado para o CAIC Rubem de Sá, no bairro Alvorada, para reforma do Hospital Eduardo Ribeiro, e passará a funcionar como Centro de Atendimento à Saúde Mental. Neste momento o Dep. Dr. Gomes declara encerrada a apresentação do RQDS e agradece a participação de todos. Nada mais havendo a ser apreciada, a Presidente deu por encerrada a Audiência Pública e, eu Sheyla Costa,

secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pela Presidente da Comissão de Saúde e Previdência.

Deputada Dra. MAYARA PINHEIRO REIS
Presidente da Comissão de Saúde e Previdência

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

APRESENTAÇÃO DO 2º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DETALHADO DA SAÚDE DE 2022 – 2º RQDS

Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro de 2022, às 08h30min, por meio de plataforma virtual https://www.youtube.com/watch?v=jr1rnL_YtU&t=658s, na rede mundial de computadores, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, presentes os representantes da Comissão de Saúde e Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM e da Secretaria de Estado de Saúde - SES/AM, conforme assinaturas constantes ao final desta Ata. Iniciada a Audiência Pública Virtual, a Presidente da Comissão da Saúde e Previdência/CSP, da ALEAM, Deputada Estadual Dra. Mayara Pinheiro Reis (REPUBLICANOS), registrou a presença do Deputado Ricardo Nicolau, Vice-Presidente da CSP, fez suas considerações iniciais assinalando a obrigatoriedade legal da apresentação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior da Saúde, objeto dessa audiência pública. Ressaltou aos presentes e ao Secretário Executivo/SES, Jani Kenta, que esse Relatório deve ser apresentado à ALEAM, e não à CSP, com está sendo feito; que a partir de 2023 deverá ser apresentado e votado em Plenária, para apreciação de todos os Deputados. Com a palavra, Jani Kenta, representando o Secretário de Estado de Saúde do Amazonas, que cumprimentou a todos e passou a palavra à Diretora de Planejamento/SES, Radija Lopes. Esta iniciou informando a presença dos Secretários Executivos e Adjuntos, e Técnicos das áreas afins da saúde, após começou a apresentação das informações do 2º RDQA/2022 com o quadro de dirigentes da SES/AM, base legal do documento, requisitos de conformidade, tópicos que serão abordados. Citou data da apresentação do 1º RDQA/2022 e contextualizou a saúde no Amazonas, com a permanência da pandemia de COVID-19 ocasionando crise global e aumento das despesas de saúde nos últimos dois anos e a retomada dos serviços reduzidos na pandemia. Demonstrou quadro da regionalização da saúde para fins de planejamento, dados demográficos do Amazonas e de morbimortalidade, cuja população estimada para 2021 é 4.269.995 habitantes, sendo 50,17% homens e 49,83% mulheres, destes 7,98% são idosos; até o 2º quadrimestre/2022 foram registrados 45.916 nascidos vivos; quanto à morbidade hospitalar por grupo / causa de internação SUS, as cinco de maior prevalência são: gravidez, parto e puerpério; doenças do aparelho digestivo; doenças do aparelho respiratório; doenças infecciosas e parasitárias; causas externas. Informa que a maior causa de óbitos foi algumas doenças infecciosas parasitárias com 9.662 ocorrências, de um total de 28.529 óbitos. Deputada Mayara pede a fala para comentar sobre as altas taxas de mortalidade na gravidez e puerpério, cujas metas da saúde da mulher não foram alcançadas, e que essas metas ano após ano continuam sem alcance, e que já foram feitos vários requerimentos que não foram respondidos sobre a questão; questiona sobre qual o planejamento da SES a esse respeito e quando será executado. A Sra. Radija responde que esse dado se refere a internações por motivo de parto e que não se refere à mortalidade. A Dep. Mayara cita o Programa Sentinela da Vida, que não está sendo considerado pela SES, as conizações que não iniciaram o interior/AM. A palavra foi passada ao Sr. Lindinaldo Gomes, Secretário Executivo Adjunto de Políticas em Saúde, que responde que existe planejamento e que equipes estão sendo treinadas para melhor execução das metas na área da saúde da mulher, que há estratégias

como “tele pré-natal” com foco no alto risco para atingir o interior/AM, em parceria com Ministério da Saúde e UFAM (com uma sala no Hospital Universitário Getúlio Vargas), diz que há plano para construção de uma Maternidade na zona norte de Manaus, em fase elaboração para licitação e com ampliação da Maternidade da zona oeste, e também estão trabalhando com o fortalecimento do pré-natal de alto risco na capital e interior, na Policlínica Codajás, na Maternidade Nazira Daou em articulação com a Policlínica Danilo Correa facilitando o acesso da mulher em outras especialidades; relata que há programação para ampliação de leitos neonatais na Maternidade da zona leste, enfatiza que há várias estratégias da SES para diminuir a mortalidade materno-infantil no Estado; cita a dificuldade em habilitar leitos de UTI no interior (estão funcionando, mas não tem habilitação do Ministério da Saúde). A Dep. Mayara retoma a fala indagando se a SES trabalha com metas para todas as estratégias citadas pelo Sec. Lindinaldo, pois as informações estão muito vagas, exemplifica/sugere iniciar pelo pré-natal de algo risco com prazo de três meses para melhora dos índices, dando aporte diagnóstico para as gestantes, inserir em filas de prioridade; e conclui dizendo que irá enviar um ofício a SES pedindo mais informações sobre os planejamentos citados. A fala é repassada a Sra. Radija que conclui as informações sobre mortalidade com as principais causa de óbitos, sendo a DIP (doenças infecciosas e parasitárias) o maior grupo, neste grupo estão incluídas as mortes por COVID-19; a segunda maior incidência são as doenças do aparelho circulatório e as causas externas em terceiro lugar. Continuou falando sobre os recursos aplicados em saúde, apresentou gráfico comparativo da dotação inicial, compreendendo o período entre 2019 a 2022. Que o comparativo histórico da dotação inicial teve um acréscimo de 7,28% em relação a 2021, somando R\$ 2.872.703.000,00. Que o orçamento do total do governo destinado à saúde perfaz 12%. Apresentou gráfico com o demonstrativo dos segundos quadrimestres de 2019, 2020, 2021 e 2022; apresentou gráfico do comparativo orçamentário inicial atualizado e suplementado em R\$ 942.695.389,52 até agosto/2022. Neste período os valores aplicados na saúde perfazem R\$ 3.815.298.389,52 (dotação inicial+suplementar), liquidado 69%. Saúde em Rede utiliza 50,35% do orçamento; Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais perfaz R\$ 972.600.664,06 até o referido quadrimestre. A unidade gestora com maior execução de recursos foi a SES/AM com 66% das despesas. Cita que até o segundo quadrimestre/2022 foi aplicada 19,73% dos recursos próprios em saúde, cumprindo o que determina a legislação (mínimo de 12%, segundo LC 141/2012). Cita as quatro diretrizes do Plano Estadual de Saúde 2020-2023 que orientaram o estabelecimento de 12 objetivos que norteia a Programação Anual de Saúde. Quanto as 47 Metas programadas 16 foram alcançadas (34%) e 21 ainda não atingidas (45%). Também foram programadas 80 ações, detalhadas em 569 atividades, destas, 263 foram realizadas (46%) e 147 não realizadas (26%). Destaca ações de Vigilância Sanitária como a implantação de Núcleos de Vigilância em cinco SPA's em Manaus e a criação de ferramenta de monitoramento da investigação de óbitos com menção de tuberculose nas causas da morte. Cita o indicador “Número de municípios com execução de no mínimo 85% do valor do teto de alta e média complexidade/MAC, em procedimentos ambulatoriais e internações hospitalares”, cuja meta era 30 e até o segundo quadrimestre/2022 cumpriu 28. Em destaque apresenta ações de MAC como as UTI's em Tabatinga e Tefé que são municípios de referência em suas regionais; também destacou a implantação do primeiro Hemonúcleo do interior, em Coari. O indicador “proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos” até agosto/2022 teve sua meta alcançada. Destacou na Atenção Primária à Saúde a capacitação e fortalecimento envolvendo os coordenadores da atenção primária. Sobre a “taxa de mortalidade infantil” informou que as metas foram alcançadas. A Sra. Radija continuou citando as ações de destaque nas Redes de Atenção à Saúde, como a disponibilização de equipamento para os serviços de emergência e um tomógrafo para atendimento pediátrico no ICAM; ampliação da equipe profissional do Programa Melhor em Casa; na atenção à saúde da pessoa com deficiência foram aumentados o número de atendimento no CER III e o CER IV passa a atender pessoas com

autismo; instalação do albergue da Maternidade Ana Braga com 10 leitos para acomodar mãe e recém-nascido; inaugurado o Centro de Saúde Mental do Amazonas com urgência psiquiátrica funcionando 24h. Na Produção de Serviços ambulatoriais foram 29.72.636 procedimentos, sendo 58% de gestão estadual; as internações hospitalares totalizaram 116.743, sendo 64% na gestão estadual; foram removidos 772 pacientes do interior do Amazonas para a capital; 1.575 pacientes atendidos com TFD. Apresentou a distribuição de estabelecimentos por tipos de serviços na capital e no interior. Quanto aos leitos hospitalares demonstrou em gráfico que houve aumento no quantitativo por mil habitantes na comparação entre 2019 a 2022; informa que no Amazonas, considerando rede pública e privada existem 6.132 leitos cadastrados no CNES; quanto aos leitos UTI e complementares o comparativo de 2021 com 2022 apresenta um decréscimo no quantitativo devido às habilitações temporárias de leitos para atender pacientes com COVID-19, atualmente há 1.199 leitos na rede pública/privada, sendo 954 SUS. Em relação à força de trabalho, apresentou gráfico com o quantitativo de médicos cadastrados no CNES, 5.097 dos quais, 4.238 atendem no SUS. Relatou também que os servidores da SES e fundações contabilizam 25.641. Até agosto/2022 foram realizadas 127 atividades de auditoria em saúde. Sobre a pandemia de COVID-19 relatou que o Amazonas se encontra na fase verde (muito baixo risco); a cobertura vacinal de COVID-19 no Estado é de 71,4% para 2ª dose ou dose única, sendo a capital com cobertura de 79,0% e o interior com 62%7%; até agosto/2022 a receita para combate à pandemia, considerando recursos federais e estaduais, corresponde a R\$ 327.204.141,50. Sobre as Emendas Parlamentares Estaduais Individuais, relatou que foram destinadas à saúde 380 EP individuais, totalizando R\$ 117,3 milhões, beneficiando também 31 municípios do interior. Sobre as Emendas de Bancada foram destinadas à saúde 99 emendas, correspondentes à R\$ 27.511.565,33, sendo 77 emendas destinadas aos municípios do interior. E com essas informações a Sra. Radija dá por encerrada sua apresentação do 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior/2022 e se coloca a disposição para responder questionamentos. A Deputada Mayara retoma a palavra e reforça a necessidade de uma atenção especial na saúde da mulher e relata que também tem muitos questionamentos na Comissão de Saúde sobre as filias e OPME's especificamente sobre o Hospital Francisca Mendes e Adriano Jorge e que encaminhará a SES requerimento solicitando esclarecimentos, informações sobre aquisição de OMPM, planejamento. Concluindo seus apontamentos, colocou-se a disposição para por o Programa Sentinela da Vida em execução e no que mais for necessário. Passa a palavra a Diretora Presidente Tatyana Amorim, da FVS, que faz agradecimentos e informa que o eixo vigilância dentro do Programa Sentinela da Vida está todo estruturado e que está destacando enfermeiros para o monitoramento e fazer interface junto a SES, assim concluindo sua fala. O Secretário Jani, após cumprimentos, informa que irão fazer as adequações solicitadas durante a apresentação, solicita à Deputada o número dos ofícios que não foram respondidos, faz agradecimento a todos os deputados pelas emendas de bancada e individuais destinadas à saúde que tiveram impacto bastante positivo no Estado. Neste momento, o Deputado Ricardo Nicolau faz um questionamento sobre o teto MAC nos municípios do interior, como são distribuídos os valores e se estes estão conseguindo cobrar o equivalente ao que está sendo disponibilizado aos mesmos. A Dep. Mayara responde que é uma questão muito importante, que é necessário discutir PPI e passa a fala ao Sec. Jani Kenta. Este responde que com a transição para o novo governo federal acredita que será possível fazer a correção per capita que o Estado necessita, entretanto, assim como os hospitais com perfil Pequeno Porte em todo o Brasil, nos hospitais do interior do Amazonas, que são predominantemente de pequeno porte, não se consegue entregar ao faturamento integral, bem como taxa de ocupação, taxa de permanência. O Dep. Ricardo Nicolau faz suas considerações finais e se despede. A Dep. Mayara informa o número dos documentos citados anteriormente (Requerimento 3463/2022 e Ofício 34/2022) e que irá encaminhá-los diretamente ao Sec. Jani. Neste momento a Dep. Mayara declara encerrada a apresentação do RQDS e agradece

a participação de todos. Nada mais havendo a ser apreciada, a Presidente deu por encerrada a Audiência Pública e eu, Sheyla Costa, secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pela Presidente da Comissão de Saúde e Previdência.

Deputada Dra. MAYARA PINHEIRO REIS
Presidente da Comissão de Saúde e Previdência

PORTARIAS

PORTARIA N.º 1968/2022/GP

AUTORIZAR viagem ao Excelentíssimo Senhor Deputado, FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JÚNIOR, RPD n.º 831/2022 e processo digital n.º 2022.10000.00000.0.003027, para a cidade de São Paulo/SP, no percurso MANAUS/SÃO PAULO/MANAUS.

PORTARIA N.º 1971/2022/GP

AUTORIZAR viagem ao servidor, MATHEUS PONCE MARTINS, RPD n.º 833/2022 e processo digital n.º 2022.10000.00000.0.003036, para o município de Autazes/AM.

PORTARIA N.º 1972/2022/GP

AUTORIZAR viagem ao servidor, PAULO WILKER ALZIER LOBO, RPD n.º 832/2022 e processo digital n.º 2022.10000.00000.0.003034, para o município de Autazes/AM.

PORTARIA N.º 1976/2022/GP

AUTORIZAR viagem à servidora, CAROLINE REGO CAVALCANTE, RPD n.º 834/2022 e processo digital n.º 2022.10000.00000.0.003040, para a cidade de Brasília/DF, no percurso MANAUS/BRASÍLIA/MANAUS.

PORTARIA N.º 1982/2022/GP

AUTORIZAR viagem ao Excelentíssimo Senhor Deputado, JOÃO WELLINGTON DE MEDEIROS CURSINO, RPD n.º 835/2022 e processo digital

n.º 2022.10000.00000.0.003048, para a cidade de Lisboa/Portugal, no percurso MANAUS/FORTALEZA/LISBOA/FORTALEZA/MANAUS.

Deputado ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Presidente

WANDER ARAÚJO MOTTA
Diretor Geral

CONSUMO CONSCIENTE

EVITE IMPRIMIR, UTILIZE O ALEAM DIGITAL PARA TRAMITAR DOCUMENTOS COMO OFÍCIOS E MEMORANDOS.



Solicite o seu cadastro



Acesse o sistema



Tramite os documentos

SUORTE AO USUÁRIO
[4340 ou 4341]



<http://aleam.ikhon.com.br/>

O consumo de papel pode representar até

60%

das despesas com material de expediente da Assembleia.

EVITE O DESPERDÍCIO



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO AMAZONAS

/ ASSEMBLEIAAM
WWW.ALE.AM.GOV.BR